

Jornal da Constituição

Volume
370

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, de 21 a 27 de dezembro de 1987 — Nº 30

Ricos e pobres podem afundar no mesmo barco

“O ajustamento ortodoxo, monitorado pelo FMI recessionista e descarregado somente nos ombros dos países devedores, não apenas demonstrou-se insuficiente para liquidar o problema da dívida mas é injusto e socialmente cruel: inviabiliza o crescimento sustentado da renda e do emprego, compromete o futuro das novas gerações e desafia a consolidação da democracia, ao aguar a desigualdade social.” Com essas palavras, o presidente da Câmara Federal e da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, definiu a posição do Brasil em face do problema da dívida externa dos países latino-americanos, que reuniram-se numa Assembléia Parlamentar, em Brasília, de 14 a 16 deste mês, para tratar do problema, com a presença de personalidades representativas de todas as nações interessadas em reduzir as desigualdades entre os países ricos e pobres. Segundo Ulysses, ao fim deste ano, a dívida dos países em desenvolvimento ultrapassa a cifra de um trilhão de dólares, mais do que o dobro do valor total das exportações de todos eles. Há, segundo o presidente da ANC, “o grave risco de que uma deterioração das condições econômicas mundiais nos próximos meses, arraste os países devedores para a insolvência completa, involuntária e indesejável”.



Ulysses Guimarães vê o perigo da insolvência completa dos devedores

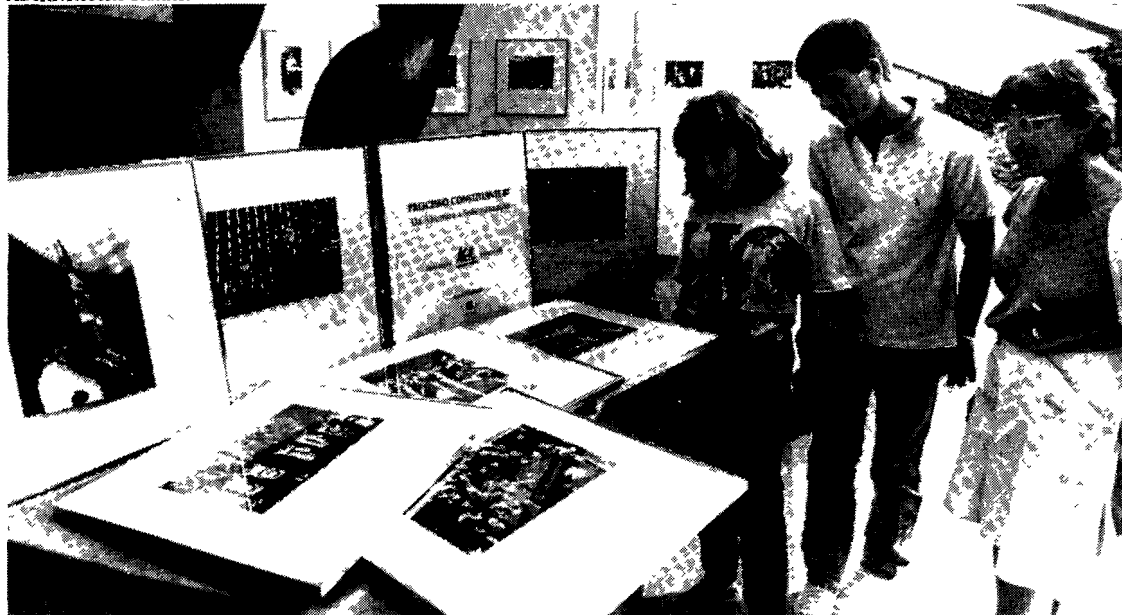
Uma Carta para o ano 2000

Após onze meses de trabalhos ininterruptos, as festas de fim de ano — Natal e Ano-Novo — interrompem por poucos dias os trabalhos constituintes, exatamente no momento em que a reflexão sobre 1987 serve para que se analise não apenas o processo de elaboração da Lei Maior do país, mas de que forma, em que contexto, ela deve se relacionar com todos os fatos nacionais e internacionais ocorridos nesse ano de final de século. O balanço do ano aponta avanços e recuos: se a guerra Iran x Iraque permanece sem solução, por exemplo, ou se as bolsas sofreram colapsos súbitos, de outro lado tivemos o estimulante encontro Reagan-Gorbachev, onde, pelo menos retoricamente, acenou-se com a possibilidade de menos confronto, mais equilíbrio. Os nossos constituintes deverão, nesses poucos dias de descanso, pensar um país adequado a esse mundo real, no qual as tecnologias sofisticadas ganham cada vez mais espaço. Temos

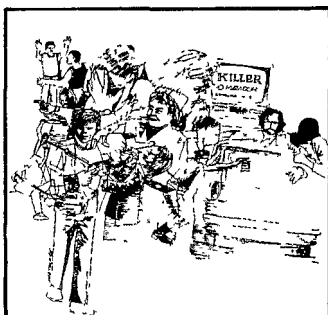
matéria humana e matéria física para romper o século alinhados com o futuro. Mas para isso será preciso que o entendimento prevaleça internamente, que todos cedam de todos os lados, que todos se despojem da idéia de fabricar um país para si próprio e passem a imaginar um Brasil integrado na comunidade internacional. Isso equivale a reduzir as desigualdades internas, na busca da redução da desigualdade entre as várias nações, pois o próximo século será, inevitavelmente, global. Na verdade, foi precisamente com esse espírito que a maior parte dos parlamentares deixou o edifício do Congresso para comemorar, com suas famílias, o período natalino. Imaginar o acordo interno do país é a única solução para que ele possa enfrentar coeso, entre outras coisas, a questão da dívida. A Constituinte pretende dar ao Brasil uma lei que comece a libertá-lo, para que se integre à nova sociedade do ano 2000.

A história da Carta, foto por foto

ADIRP/Roberto Stuckert



A exposição de fotos “Processo Constituinte 1987/ da Abertura à Sistematização” foi inaugurada esta semana, no foyer da sala Villa-Lobos do Teatro Nacional de Brasília. Reunindo fotografias de André Dusek, Duda Bentes, Milton Guran, Kim-Ir-Sen, Zuleika de Souza, Antônia Márcia, Givaldo Barbosa e Lula Marques, a exposição é resultado de um projeto da agência Agil Fotojornalismo, e representa um importante trabalho de documentação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte. Também participou do projeto o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília — CEAC/UnB. E a Kodak apoiou a iniciativa. No final dos trabalhos da Constituinte deverá ser editado um livro com fotos e a íntegra do texto da nova Constituição. (Página 15)



A violência aí está.
Nas grandes cidades,
nas vilas, nas favelas.
As vítimas vão caindo,
uma a uma, enquanto
o desemprego,
o subemprego,
a fome e o abandono
vão fabricando
mais violência.
O que fazer?
(Páginas 8 e 9)

A convocação extraordinária

O período de convocação extraordinária, instalado no último dia 16, mais do que uma afirmação da soberania do Congresso Nacional, representa o propósito que nos une e nos impulsiona no momento em que as responsabilidades da Pátria exigem a presença do Legislativo para o encaminhamento de soluções ou, pelo menos, o seu exame mais profundo pelos Senadores e Deputados.

O instante vivido pela Nação, ao lado da grande e maior tarefa de elaboração da futura Carta Constitucional, pede também o trabalho legislativo das duas Casas do Congresso, mesmo com a absoluta prioridade dirigida para as votações do grande arcabouço jurídico-institucional, a fim de que as normas que iremos produzir sejam efetivamente baseadas num consenso, sem o risco de uma eventual ruptura do desejável equilíbrio entre os Poderes.

As sessões a serem convocadas, sejam conjuntas, sejam as de cada uma das duas Casas, concentrar-se-ão na apreciação das proposições em andamento e, prioritariamente, no exame das medidas que o Poder Executivo decidiu criar no campo tributário e das matérias que, ao longo do que seria o recesso parlamentar, ainda poderão ser encaminhadas pelo Governo ou mesmo pelos Parlamentares.

Com essa iniciativa, através da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 48ª Legislatura, o Congresso Nacional antecipar-se no cumprimento do seu dever e, dessa forma, contribuir decisivamente para que possa se tornar distante a viabilização de novas medidas com a utilização de decretos-leis, cuja eliminação também é um dos objetivos principais da Constituinte, em função da restauração da plenitude democrática, da qual estamos muito próximos.

Estamos certos de que a própria Nação apóia a decisão de manter o Poder Legislativo em funcionamento. E essa presen-

ça, paralelamente aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, não acarretará quaisquer encargos de natureza financeira para a União, significando tão-somente o cumprimento de uma missão inerente à nossa condição de representantes do povo.

Com o trabalho que se vai acrescer à nossa pauta de atividades, como Constituintes, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, o Congresso, enfim, não se omitem nesta hora e, assim, será possível responder a um chamamento inadiável, dedicando-se, juntamente com o exame de uma longa relação de matérias pendentes de apreciação, ao equacionamento harmônico das soluções reclamadas por todos.

Esta autoconvocação do Legislativo é encarada como consequência natural do pensamento comum de todos os Senhores Congressistas e não será diferente o cumprimento das atividades em que estaremos envolvidos, na certeza de que a pior atitude seria o alheamento, como se o País estivesse vivendo uma fase em que a reconstrução democrática não representasse a sua grande tônica.

Nesta fase final dos seus trabalhos, a Assembléia Nacional Constituinte deve se voltar exclusivamente para a apreciação das matérias de natureza constitucional, cabendo, então, às duas Casas do Congresso, conjunta ou separadamente, o debate das grandes questões conjuntas institucionais de ordem política, econômica e social que afligem o povo brasileiro.

Com a consciência dessa realidade, entendemos, todos nós, que o País pede um pouco mais de trabalho e de dedicação. Por isso, o Congresso Nacional optou por responder à altura a tais anseios, ao se autoconvocar para um período extraordinário de sessões.

Constituinte Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional



Edição de fim de ano

A Assembléia Nacional Constituinte termina o ano e inicia 1988 buscando avidamente o entendimento. Após quase onze meses de atividades ininterruptas, a Constituinte entra em curto recesso de duas semanas, tendo em vista as festividades de fim de ano que levam os parlamentares aos seus estados, a fim de renovarem contatos com as bases eleitorais.

No dia 4 de janeiro vindouro, no entanto, reiniciarão os trabalhos enfrentando a fase mais importante de sua existência: a da votação do texto final da nova Constituição no plenário. Para tanto vai, antes, reformular seu Regimento.

Toda essa ação da Assembléia Nacional Constituinte foi amplamente divulgada pelos órgãos de imprensa, rádio e televisão do país e o **Jornal da Constituinte**, cumprindo sua missão, entrou com sua parcela de contribuição.

Assim é que hoje entregamos aos leitores o nº 30, com uma edição de cem mil exemplares e, por duas semanas, de 21 de dezembro a 3 de janeiro, suspenderemos nossa circulação.

A presente edição, além de suas tradicionais seções, reflete em suas páginas a preocupação dos constituintes em encontrar o caminho do entendimento através das negociações. Conversar constituinte com constituinte, partido com partido, a fim de superar obstáculos e entregar, o mais cedo possível, a nova Carta Magna ao país.

Apresentamos oportuna reportagem nas páginas centrais sobre tema que vem preocupando fundamentalmente a sociedade: o da segurança do indivíduo, frente ao crescente clima de violência, especialmente nos grandes centros urbanos. Publicamos, ainda, quatro páginas com os nomes dos constituintes e as principais emendas que apresentaram para a elaboração da nova Constituição. O leitor encontrará, ainda, várias outras matérias de real interesse social e jornalístico neste número de fim de ano. Fim de ano que desejamos repleto de alegrias. Alegrias de quem confia em seus constituintes e muito espera da Constituição.

Constituinte Marcelo Cordeiro
Primeiro-Secretário da ANC

Exigindo maturidade

O texto constitucional, em exame na Comissão de Sistematização, não deve ser apresentado de modo a reter uma realidade. Pelo contrário, ele dirige os destinos de todos nós, dentro das prováveis mudanças, sem alteração do texto.

A Carta mais sábia é a que se projeta de modo a atravessar os séculos, sem sofrer alterações com o passar do tempo, mas consolidando-se exatamente porque ele transcorreu.

No momento, a grande dificuldade que vivemos é exatamente esta: produzirmos uma Constituição com a base já em crise. Todos estamos com a visão prejudicada: o que vemos é o drama, o que ouvimos é o grito de dor, e o que nos chega é a reclamação. Estamos diante de uma situação econômica das mais difíceis e num momento de muita clarividência. Vamos ter que, informados dessa realidade, nos desligar dela e admitir para o nosso texto constitucional as realidades que virão, as alterações econômicas e sociais que possam ocorrer, sem a necessidade de mudanças na estrutura da Carta. Esta é uma grande preocupação da doutrina alemã sobre o direito constitucional, a produção de constituições atópicas, que sejam primordialmente estruturas, as quais não serão substituídas nem secularmente. O preenchimento dessa estrutura é que poderia ir variando através de legislação ordinária. É necessário que a nossa Constituição não procure congelar, em seu texto, situações presentes, nem sobre a propriedade, nem sobre a educação, nem sobre a saúde, nem a respeito das funções dos Poderes.

Nada pode conter um princípio que determine um congelamento de idéias e de circunstâncias. A Nação brasileira, por ser muito jovem, é profundamente evolutiva. Exige-se da Constituição maturidade. E a Nação amadurecerá, vivendo, ora picos, ora depressões. Mas a Constituição não vai mudar por causa disso. Os percentuais e tudo o mais que possa constar da Carta devem ser substituídos por parâmetros nos quais se baseie o legislador ordinário. A legislação ordinária, essa poderá ser alterada gradativamente, com facilidade, sem violência. A estrutura, essa deve ser preservada. As mudanças constitucionais não nos devem preocupar. A nossa preocupação agora deve estar voltada para aquilo que sai desta Casa, como o funcionamento deste Plenário, a imposição das emendas, o exame de suas sugestões, para que a Constituição saia daqui perfeita e acabada, sem que, ainda no calor do fabrico, já estejamos pensando no desgaste, no consumo e na altera-

ção que seriam feitas, de logo, no corpo jurídico básico do país. Entendo que essa deve ser a preocupação do Plenário, através das emendas que estamos oferecendo. A nossa preocupação é uma Carta de linhas perenes, deixando ao legislador ordinário amplas possibilidades, para que, ao longo do tempo, ele, sim, o legislador ordinário, possa viver as alterações sociais — contendo o sentido social também o econômico e todos os outros sentidos que cabem nesta palavra "social", tão ampla e tão transcendental. Devemos partir de números ou de expressões que nos levem a inscrever na Constituição, com perenidade, aquilo que é transitório. Daí por que me preocupa o capítulo "educação", principalmente com relação a disposições que podem parecer muito justas agora, mas cujas projeções não sabemos, em termos de futuro e de um Brasil fortalecido que certamente virá.

Que é matéria constitucional? Isso é muito importante, é um modo até de se enfraquecer a Assembléia Nacional Constituinte, dizer que isso é matéria constitucional e aquilo não é. Matéria constitucional será tudo o que esta Casa deliberar como tal. Não temos aqui de nos dobrar aos tratados de direito constitucional ou qualquer outra Constituição, seja nossa, seja de outro povo. Na verdade, temos de, com a nossa sensibilidade, fundar a matéria que será constitucional, por força da nossa deliberação. Realmente, constitucional será tudo que deliberamos.

A sensibilidade, a aspiração do povo brasileiro é que deve indicar a necessidade de deliberações constitucionais ou não para determinada matéria. Ao transmitirmos para o texto constitucional a aspiração do povo brasileiro, temos de ter o cuidado para não traír esse mesmo povo, congelando uma posição transitória, fazendo-a perene. Devemos acolher essa aspiração do povo, que é perene, e transformá-la em matéria constitucional. Então, toda aspiração do nosso povo, repetimos, que tenha caráter perene, é matéria constitucional. Toda aspiração que tenha caráter transitório deve orientar esta Assembléia para a legislação ordinária a seguir, mas não deixará de ser atendida também, pois é da maior importância. Devemos verificar qual a aspiração do povo e, se ela couber na Constituição, será matéria constitucional; se couber em lei complementar, será lei complementar; se couber na legislação ordinária, será legislação ordinária; se for matéria de lei especial, será lei especial.

Constituinte Cid Sabóia de Carvalho
(PMDB — CE)

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Presidente — Ulysses Guimarães; **Primeiro-Vice-Presidente** — Mauro Benevides; **Segundo-Vice-Presidente** — Jorge Arbage; **Primeiro-Secretário** — Marcelo Cordeiro; **Segundo-Secretário** — Mário Maia; **Terceiro-Secretário** — Arnaldo Faria de Sá; **Suplentes**: Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha

APOIO ADMINISTRATIVO

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira; **Subsecretário-Geral da Mesa** — Nerione Nunes Cardoso; **Diretor-Geral da Câmara** — Ademar Silveira Sabino; **Diretor-Geral do Senado** — José Passos Pôrto; Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro; **Editores** — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães; **Coordenador** — Daniel Machado da Costa e Silva; **Secretário de Redação** — Ronaldo Paixão Ribeiro; **Secretário de Redação Adjunto** — Paulo Domingos R. Neves; **Chefe de Redação** — Osvaldo Vaz Morgado; **Chefe de Reportagem** — Victor Eduardo Barrie Knapp; **Chefe de Fotografia** — Dalton Eduardo Dalla Costa; **Diagramação** — Leônidas Gonçalves; **Ilustração** — Gaetano Ré; **Secretário Gráfico** — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Vier-

ra Bomfim, Eurico Schwinden, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna e Luiz Cláudio Pinheiro.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

Reinaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos, Guilherme Rangel de Jesus Barros, Roberto Stuckert e William Prescott

Composto e impresso no Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

Redação: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP

— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569

— Distribuição gratuita

Congresso começa o período extra

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, instalou na última quarta-feira a primeira sessão legislativa extraordinária da 48ª legislatura do Congresso Nacional, para apreciar o conjunto de medidas que o Governo decidiu adotar no campo fiscal. Na presença do presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, e demais membros das Mesas do Senado e da Câmara, Lucena assinalou que as responsabilidades da Pátria exigem a participação do Poder Legislativo no encaminhamento das soluções para os problemas nacionais.

É a primeira vez, em mais de duas décadas, que o Congresso Nacional decide se autoconvocar extraordinariamente. Em seu discurso no ato de abertura, Humberto Lucena destacou que, além de uma afirmação da soberania do Legislativo, a sessão extraordinária representa uma contribuição no sentido de se eliminar a utilização de decretos-leis, restaurando a plenitude democrática nas relações políticas brasileiras.

"O instante vivido pela Nação, ao lado da grande tarefa de elaboração da futura Carta constitucional, pede também o trabalho legislativo das duas Casas do Congresso, mesmo com a prioridade dirigida para as votações do grande arcabouço jurídico-institucional, a fim de que as normas que aqui iremos produzir sejam, efetivamente, baseadas num consenso, sem o risco de uma eventual ruptura do desejável equilíbrio entre os poderes" — afirmou o presidente do Congresso.

Para Humberto Lucena, pior seria a atitude de alheamento, como se o país vivesse numa fase em que a reconstrução democrática não representasse sua grande tônica. Acrescentou ele que a Constituinte, na fase final dos seus trabalhos, deverá voltar-se exclusivamente para as matérias de natureza constitucional, cabendo à Câmara e ao Senado, juntos ou separadamente, o debate das questões conjunturais de ordem política, econômica ou social que afligem o povo brasileiro.

Estamos certos de que a Nação apóia a decisão de manter o Legislativo em funcionamento. Essa presença, paralelamente aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, não acarretará quaisquer encargos de natureza financeira para a União, significando tão-somente o cumprimento de uma missão inerente à nossa condição de representantes do povo", afirmou Lucena. Na opinião do senador, o Congresso está dando resposta a um chamamento inadiável, apreciando uma longa relação de matérias pendentes, e dedicando-se ao equacionamento harmônico das soluções reclamadas por todos

Ao formular votos de êxito aos deputados e senadores, Humberto Lucena ressaltou que a autoconvocação do Legislativo é consequência natural da realidade política brasileira e do pensamento comum de todos os congressistas. "Entendemos, todos nós, que o país pede um pouco mais de trabalho e de dedicação dos seus homens públicos", disse o presidente do Congresso Nacional, acrescentando que o Legislativo optou por responder à altura a tais anseios, ao se autoconvocar para um período extraordinário de sessões.

Explicou ainda Humberto Lucena que, seja em sessões isoladas das duas Casas, seja em sessões conjuntas, os deputados e senadores estão prontos a oferecer sua contribuição, e terão apenas uma pequena pausa para o convívio de cada um, no recesso de seus lares, por ocasião das festas natalinas e de fim de ano.

"Ato convocatório

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal

Considerando que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional reduziram, consideravelmente o ritmo dos seus trabalhos no corrente ano legislativo, face à prioridade do funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte,

Considerando que, em face disso, houve um acúmulo de matérias a serem apreciadas, pelas duas Casas do Congresso Nacional, conjunta ou separadamente;

Considerando que, inclusive, 43 mensagens referentes a decretos-leis e 7 a vetos presidenciais nem ao menos tiveram oportunidade de serem oficialmente recebidos, e que, bem assim, estão prontos para serem incluídos em pauta, em regime de urgência, conforme o estabelecido no § 3º do art. 51 da Constituição, 128 mensagens referentes a decretos-leis;

Considerando a possibilidade de novas iniciativas do Poder Executivo ou mesmo dos Srs. Congressistas;

Considerando, afinal, que a Assembleia Nacional Constituinte continuará funcionando, normalmente, durante o período de recesso parlamentar do Congresso Nacional;

Os Senadores infra-assinados, perfazendo o **quorum** estabelecido na alínea c do § 1º do art. 29 da Constituição Federal, vêm convocar o Congresso Nacional para uma Sessão Legislativa Extraordinária, a iniciar-se no próximo dia 15 de dezembro, até o dia 28 de fevereiro de 1988, a fim de serem ultimadas a discussão e votação de matérias de iniciativa do Presidente da República, ou dos Srs. Congressistas, bem como de outras matérias legislativas que o Poder Executivo deva encaminhar à consideração do Poder Legislativo a fim de serem apreciadas prioritariamente possíveis alterações normativas de caráter tributário, conjunta ou separadamente pelas duas Casas que o integram, ou, ainda, para que o Senado Federal possa exercer, nesse período, as atribuições privativas que lhe são conferidas pela Constituição Federal.

Pedem a V. Exª que, para a realização da Sessão Legislativa ora convocada, sejam determinadas as necessárias providências

Senado Federal, 2 de dezembro de 1987 "

ADIRP/Reynaldo Stavale



No plenário e fora dele um pensamento é preciso que se chegue logo a um acordo

1988 sob signo do entendimento

Depois de mais de dez meses de atividade, a Assembleia Nacional Constituinte encerra o ano preparando-se para entrar em 1988 sob o signo do entendimento. Mais do que um procedimento técnico, a elaboração de uma Constituição é complexo processo de negociação política. Daí a impressão de que a paralisação dos trabalhos representa algum tipo de impasse.

Experimentado negociador e conciliador, o presidente Ulysses Guimarães vem coordenando o entendimento entre os vários grupos e as várias tendências ideológicas dentro da Constituinte. Concretamente já existe o acordo, expresso na aprovação de um substitutivo da Mesa, reformando o Regimento Interno.

Embora a proposta da Mesa representasse o consenso da maioria, algumas emendas dos partidos minoritários precisam ser colocadas em votação para que se conclua o processo de reforma regimental. A falta de **quorum**, motivada pelo retorno de muitos constituintes às suas bases eleitorais, adia para o próximo dia 4 de janeiro a votação final do Regimento, para, em seguida, iniciar-se a votação do projeto de Constituição.

No centro de todas as negociações, o presidente Ulysses Guimarães acredita que a nova Constituição será promulgada até o final de janeiro. Em artigo publicado neste jornal, fez um apelo ao entendimento e à urgência: "A Constituinte tem de andar. As instituições são como as pessoas: quem não anda, desanda."

Sua preocupação com o novo texto constitucional envolve a conjuntura, da qual a Constituinte não pode se separar: "A indefinição é perigosa para o indivíduo, a empresa e, principalmente, para a Nação. Pior do que o que erra

e pode corrigir é o indeciso. Enquanto não for promulgada a Constituição a perplexidade invade a Nação".

PLENÁRIO TENSO

No plenário, todas as manifestações são a própria expressão da urgência, embora se reconheça a necessidade de uma ampla negociação para que as votações finais sejam marcadas pelo espírito democrático.

Para Maurílio Ferreira Lima (PMDB — PE) as sucessivas verificações de **quorum** têm claro objetivo de obstruir os trabalhos e, dessa forma, retirar do projeto de Constituição os avanços alcançados em favor dos trabalhadores. A crítica do parlamentar é dirigida ao chamado "Centrão", um agrupamento de constituintes de vários partidos, que iniciou o processo de reforma do Regimento.

Aldo Arantes (PC do B — GO) acusa o "Centrão" de ser influenciado por entidades alheias à Constituinte e, sob essa "infiltração, jogar no impasse político-institucional".

Apelando por definições urgentes, Augusto Carvalho (PCB — DF) manifesta inquietação diante dos atrasos. "Não estamos merecendo o respeito e a confiança do povo", diz o parlamentar, observando que há um pessimismo generalizado entre os brasileiros.

Ricardo Izar (PFL — SP) não concorda que haja algum tipo de manobra para retardar a decisão constitucional. Garante o parlamentar que não há nenhuma intenção de dar cobertura ao governo do Presidente Sarney e, muito menos, eliminar as conquistas dos trabalhadores, como muitos querem fazer crer.

Cardoso Alves (PMDB — SP), autor da primeira proposta de re-

forma do Regimento, garantiu que o entendimento está sendo buscado e, em nome do "Centrão", disse que seu grupo não tem obrigação de dar **quorum**, já que sua proposta foi aprovada pelo Plenário. Segundo o parlamentar, a responsabilidade pelo **quorum** cabe aos adversários do "Centrão", que querem ver aprovadas suas emendas ao Regimento.

Enquanto isso, o constituinte Gerson Peres (PDS — PA) lamentava o "clima confuso" que a Assembleia atravessa, apelando para o bom senso e alertando para a gravidade da crise nacional e a imperiosidade de se implantar o Estado de direito no país.

CREDIBILIDADE

Ao falar em nome do PMDB, Paulo Macarini (SC) chamou a atenção para a crise de credibilidade que enfrenta a Constituinte, mas justificou o fenômeno pela falta de comunicação entre os parlamentares e o povo, em função do intenso trabalho que desenvolvem, desde a instalação da Assembleia.

Siqueira Campos (PDC — GO) alertou o Plenário de que a população tem pressa e pregou o entendimento para que se inicie logo a votação do projeto de Constituição.

Raimundo Bezerra (PMDB — CE) explicou os problemas que a Constituinte atravessa como consequência do próprio processo. Para ele, na elaboração de uma Constituição não pode haver hierarquia de liderança. Entende que cada parlamentar tem de obedecer somente a sua consciência e aos compromissos que assumiu em campanha. Daí, as dificuldades de entendimento. Pois, mesmo que todos tenham um mesmo objetivo, são 559 consciências a serem consultadas.



Ulysses Guimarães defende, perante a Assembleia Parlamentar Latino-Americana, inovações para a questão do endividamento externo do Terceiro Mundo

Em debate o que pagar, e como

“A saída real para a crise da dívida externa passa pela concepção de soluções inovadoras, que, reconhecendo a realidade de mercado, viabilizem a criação de novos instrumentos compatíveis com a capacidade efetiva de pagamento de cada país”, foi a solução que preconizou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, quando do encerramento da Assembleia Parlamentar Latino-Americana, que, durante três dias, a partir de 14 de dezembro, discutiu o endividamento externo do continente, por convocação do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, presidido pelo senador constituinte Marcondes Gadelha. Participaram do encontro parlamentares da Argentina, Uruguai, Peru, Venezuela, México e Brasil, além de debatedores e expositores de países de outros continentes. No encerramento, além dos discursos do presidente da Constituinte e do ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, foi lida uma nota contendo as concepções fundamentais tiradas do Encontro.

Ulysses Guimarães considerou perigosa a situação do endividamento dos países latino-americanos, advertindo que, a continuarem as circunstâncias atuais, em que o serviço regular da dívida já não vem obedecendo as condições contratuais originais, existe o grave risco de uma deterioração das condições econômicas mundiais nos próximos meses, de forma a arrastar os países devedores a uma insolvência involuntária, completa e indesejável. Pela argumentação de Ulysses Guimarães, o aporte positivo de recursos e créditos para as nações em desenvolvimento, que, até 1980, representava cerca de 40 bilhões de dólares ao ano, reverteu-se dramaticamente para uma situação de transferência financeira dos pobres para os ricos, na escala de 35 bilhões de dólares ao ano, entre 1984 e 1987. Para o presidente da ANC, a cota de sacrifício dos países devedores foi realizada com imenso custo social, cabendo, agora, às economias mais desenvolvidas, cooperar na criação de mecanismos inovadores que devem contemplar a revisão profunda da constituição, dos estatutos e dos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Clube de Paris e da própria legislação bancária dos países economicamente desenvolvidos.

Ulysses Guimarães criticou o monitoramento do Fundo Monetário Internacional aos países endividados, qualificando a fórmula de ajustamento, proposta pelo organismo, como recessionista, descarregando somente nos ombros dos países devedores todo o ônus do desequilíbrio mundial. A seu ver, a política do FMI demonstrou-se insuficiente para liquidar o problema da dívida, injusto e socialmente cruel, porque inviabiliza o crescimento sustentado da renda e do emprego, ao mesmo tempo em que compromete o futuro das novas gerações e desafia a consolidação da democracia, ao aguçar a desigualdade social.

A opinião do presidente da Constituinte é de que não haverá solução para a crise da dívida sem o reordenamento da economia mundial, através da redução dos enormes desequilíbrios externos e internos das economias centrais, especialmente dos Estados Unidos. “Sem a estabilidade do comércio mundial, das taxas de juros, dos termos de troca e das paridades cambiais, será impossível evitar que a fadiga dos precários esquemas atuais se transforme em colapso irreversível das condições de solvabilidade”, notou Ulysses Guimarães.

UNIÃO

Ele observou, todavia, a natu-

ADIRP/Reynaldo Stavale



PARLAMENTAR DA DÍVIDA EXTERNA

União: a palavra repetida durante o encerramento do encontro

reza política da questão do endividamento, ao ressaltar a necessidade da co-responsabilidade entre devedores e credores. Na sua opinião, a reciprocidade de preocupações entre ambas as partes deve assentar-se na promoção do crescimento sustentado dos países em desenvolvimento em condições de serviço da dívida, ajustadas à capacidade efetiva de pagamento de cada um deles. “A crise é global e continental, e não apenas uma coleção episódica de casos”, acrescentou Ulysses Guimarães, registrando que mais de 60 países em desenvolvimento enfrentam dificuldades para servir regularmente seus débitos. O problema, longe de ter-se resolvido, persistiu e pode tornar-se agudo com a deterioração da economia mundial — alertou.

União! Foi a palavra final do presidente da Constituinte aos participantes da Assembleia: “Unamo-nos, irmãos da América Latina, para defender nosso direito ao desenvolvimento”. Para Ulysses Guimarães, a soma de esforços vai mais além, observando que se falhar a cooperação, e se vier a estagnação econômica, como perspectiva, só restará aos países latino-americanos procurarem, juntos, o caminho do crescimento, contando apenas com as suas próprias torças e capacidade

para enfrentar as dificuldades, pelos meios que estiverem ao seu alcance, reduzindo a transferência de recursos para o exterior ao nível compatível com as necessidades dos povos.

MOBILIZAÇÃO

A proposta de união não ficou restrita à pregação de Ulysses Guimarães. Também a nota final, lida à imprensa na reunião do encerramento, faz menção a “uma ação conjunta dos países devedores, como elemento fundamental para a solução do problema da dívida externa”. Segundo o documento, os representantes latinos entenderam que a unidade de ação e a mobilização dentro de cada país em torno do assunto darão maior respaldo aos governos.

Segundo a nota, os países da América Latina fizeram esforços profundos para se ajustar às normas das entidades financeiras internacionais, mas os resultados foram a recessão, o desemprego, a inflação, a substancial redução dos salários reais, a diminuição acentuada dos recursos para investimentos produtivos, a fuga de capital e a redução da capacidade dos governos de atender aos programas sociais.

O documento, na íntegra, é o seguinte:

“A Assembleia Parlamentar

Latino-Americana, reunida em Brasília entre os dias 14 e 16 de dezembro de 1987, concluiu que a ação conjunta dos países devedores é o elemento fundamental para a solução do problema da dívida externa. Os representantes latinos entenderam que a unidade de ação e a mobilização dentro de cada país em torno do assunto darão maior respaldo aos governos.

Eles entenderam que os países da América Latina fizeram esforços profundos para se ajustar às normas das entidades financeiras internacionais, mas os resultados foram a recessão, o desemprego, a inflação, a substancial redução dos salários reais, a diminuição acentuada dos recursos para investimentos produtivos, fuga de capitais e redução da capacidade dos governos de atender aos programas mínimos de saúde, educação e saneamento.

Essas razões indicam que, nunca como agora, os povos desta região adquiriram a consciência de que são irmãos e que todas as divergências antigas foram semeadas por interesses colonialistas. Este é o momento do confronto, que deverá modificar a relação de submissão pela negociação com base no conflito de interesses. Os parlamentares latino-americanos decidiram, com fundamento naqueles motivos, o seguinte:

a) incentivar a realização de uma conferência intergovernamental permanente no primeiro nível de decisão política para orientar a ação de instituições econômicas regionais;

b) definir pautas conjuntas de negociação que contribuam para obter condições mais justas e permanentes;

c) expressar ações concretas em cada um de seus países para assegurar a unidade e a mobilização em torno do assunto;

d) acentuar e destacar a solidariedade regional àqueles que adotaram ou vierem a adotar legítimas medidas de suspensão de pagamento;

e) mobilizar os diferentes setores nacionais para assegurar seu compromisso com a integração latino-americana;

f) adotar medidas que impeçam a transferência líquida de recursos para fora da América Latina;

g) incentivar os parlamentares de cada país a tomar iniciativas coerentes com a Declaração.”

“Parlamentarismo é eficiência”

ADIRP/Benedita Passos



Bevilacqua: quando o governo não é eficiente o gabinete cai, sem traumas e sem intervenção militar

O parlamentarismo é o sistema de governo da eficiência e o mais adequado à civilização moderna. A definição é do Constituinte Joaquim Bevilacqua (PTB — SP), que enumerou vários exemplos para justificar sua tese. Entre eles, “vamos ver que os países que adotaram o parlamentarismo realmente conseguiram se recuperar, seus povos evoluíram em termos de co-participação e co-gestão da coisa pública, da **res publica**, e se estabilizaram”.

Bevilacqua comenta a reforma tributária, lembrando que a descentralização de recursos corre paralelamente com a descentralização do poder: “ambas são necessárias num regime democrático”. Ele salienta ainda a questão da criança, dizendo que, quando prefeito de São José dos Campos, em São paulo, realizou um programa que reduziu a mortalidade infantil a índice de 25 por mil, à época os melhores índices da América Latina.

JC — Deputado, a Comissão de Sistematização aprovou o sistema parlamentar de governo. Qual a sua opinião sobre o assunto?

Joaquim Bevilacqua — Eu sou parlamentarista por convicção, por entender que o parlamentarismo é o sistema de governo mais adequado à civilização moderna. Embora ele não seja um sistema novo, embora ele tenha nascido da rebeldia contra o poder real, hoje ele emerge como um sistema, por assim dizer, renovado, porque ele se contrapõe à autoridade real, não do rei em si, nem do rei naquele sentido das monarquias absolutistas, mas do rei representado pelo presidencialismo absolutista, pelo presidencialismo imperial, que, a rigor, impede o desenvolvimento político dos povos. Se fizermos uma análise, ainda que perfunctória, ainda que rápida, vamos verificar que o presidencialismo, hoje, é adotado apenas nos países terceiro-mundistas. E mesmo nos países terceiro-mundistas, vamos verificar, em vários deles, a adoção, a escolha, a opção pelo sistema colegiado de governo. Então, as vantagens do parlamentarismo são inúmeras.

Eu costumei dizer que o parlamentarismo é o sistema de governo da eficiência. Quando o governo não é eficiente o gabinete cai, troca-se o gabinete, sem necessidade, sem ocorrência de grandes traumas institucionais, sem intervenção militar, sem outras seqüelas. Vamos observar, sobretudo na Europa, que foi arrasada no pós-guerra, que as nações ressurgiram, reergueram-se, transformaram-se e estabilizaram-se através do sistema parlamentarista de governo.

Acho que o parlamentarismo não tem fronteiras ideológicas, não tem divisão entre Norte, Sul, Leste ou Oeste em termos geopolíticos, não tem divisão entre marxismo e capitalismo. Ele teria, vamos dizer assim, uma divisão entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo. Vamos ver que os países que

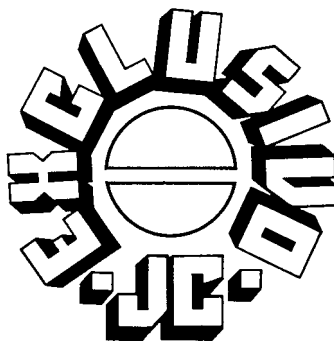
adotaram o parlamentarismo realmente conseguiram se recuperar, seus povos evoluíram em termos de co-participação e co-gestão da coisa pública, da **res publica**, e se estabilizaram.

Então, tivemos aqui no Brasil — vamos completar já quase cem anos de República, em 89 estaremos comemorando um século de República e um século de crise — apenas um presidente civil que concluiu o seu mandato: foi o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, assim mesmo porque o seu temperamento era extraordinariamente magnânimo. Não nos esqueçamos de que antes de sua posse, antes da sua ascensão ao poder, tivemos o episódio de novembro de 55, e durante o seu governo tivemos o episódio de Aragarças e outros. Apesar disso, graças à sua concepção generosa, à anistia que concedeu no episódio de Aragarças, etc., o seu governo se concluiu sem traumas.

Mas, em que pese tanto o seu dinamismo, em que pese tanto o seu espírito aberto, bem cordial, do homem brasileiro, naquele sentido da cordialidade a que se refere Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo, ainda assim venceu, as eleições presidenciais seguintes foram vencidas por um opositor, que foi o ex-presidente Jânio Quadros, que acabou renunciando.

Hoje, o que a gente vê, lamentavelmente, é um movimento tendente a mudar o sistema de governo adotado no texto constitucional ora em exame, adotado por uma maioria bastante expressiva e interpartidária, de vários matizes ideológicos, desde a chamada esquerda até os setores mais conservadores, na Comissão de Sistematização. Esse parlamentarismo, a meu ver, a aplicação dele seria de imensa importância para a liberação política para aquilo que os espanhóis chamam de “desarrollo”, para o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil. Acho isso uma questão fundamental.

JC — Deputado, a Comissão de Sistematização aprovou uma melhor redistribuição do bolo tributário. Na condição de ex-prefeito de



O sistema parlamentar vai ser importante para que o Brasil se desenvolva política, econômica e socialmente

São José dos Campos, quais as vantagens para os estados e municípios?

Joaquim Bevilacqua — Acho que a descentralização já se tornava imperiosa há muito tempo, e nós tivemos, a partir de 1964, uma concentração de recursos jamais vista em mãos da União. A concentração de recursos caminhou paralelamente à concentração de poder. A descentralização de recursos corre paralelamente com a descentralização de poder. Ambas são necessárias num regime democrático. Não se pode pretender em um regime democrático, seja ele presidencialista, seja ele parlamentarista, a concentração de poderes apenas num nível, sobretudo num país como o Brasil, um país continental, uma Federação com mais de vinte estados, com territórios, com culturas, com características regionais as mais díspares, não se pode pensar numa administração unificada.

A concentração de poderes em mãos da união o que ocasionou? Ocasionalmente um esvaziamento do município como **celula mater** da

nacionalidade.

Mais de quatro mil comunas, mais de quatro mil unidades municipais foram se esvaziando ao longo do tempo, transformando os seus administradores em verdadeiros pedintes. Isso, evidentemente, acabou também com o poder político municipal. Na medida em que o prefeito, os vereadores não detêm em suas mãos — eles como representantes eleitos das suas comunidades — o poder financeiro, também perdem uma boa parcela do poder político.

Portanto, a descentralização devolve o poder político às nossas bases, às nossas comunidades. Já dizia alguém que o homem vive no município e não no estado. Então a reforma tributária fortalece o município e a Federação, porque devolve também aos estados uma boa parcela da arrecadação. O que vamos ter com o novo sistema tributário? Vamos ter uma União desinchada, vamos ter os estados e, portanto, a Federação, fortalecidos, e vamos ter os municípios em condições, pelo menos, de resolver os problemas mais prementes, mais emergenciais das comunidades locais.

JC — Que avanços o deputado destacaria no tocante à criança?

Joaquim Bevilacqua — Essa é uma questão que sempre me preocupou. Em termos de grupos etários da população, temos dois grupos que merecem a nossa atenção: a criança — e quando falo na criança falo desde o bebê até o jovem, o adolescente — e o idoso.

A criança é o nosso grande capital, é o grande patrimônio de qualquer povo, de qualquer nação. É a juventude, é o jovem. Então, num país como o nosso, onde temos ainda um elevado índice de mortalidade infantil, temos também um grande índice de evasão escolar, temos, ainda, lamentavelmente, um grande índice de desnutrição, cobrindo a nossa infância em grande parte no território nacional. A criança merece toda a nossa atenção, merece tanto recursos humanos quanto financeiros, aquilo que se possa aplicar, porque a criança é o grande patri-

mônio e a grande esperança, o nosso futuro.

E o idoso, porque é muito comum, nas sociedades ainda meio selvagens e, sobretudo, onde ainda vigora o capitalismo selvagem, como é o caso do Brasil, descartar-se o idoso, daí precisarmos humanizar o sistema capitalista.

Então, esses dois grupos etários sempre me preocuparam muito. Quando prefeito de São José dos Campos, minha terra natal, tive a oportunidade de criar, em 1979, um programa denominado “Centro de Orientação Sócio-Educativa do Menor Trabalhador” — CO-SEMT. Tive o orgulho de ver esse programa considerado como o melhor programa do menor na América Latina pela ONU, pela Unicef e tive também a oportunidade de, através desse programa e através de uma ação conjugada na área da saúde, do saneamento básico, de uma ação conjugada dos três níveis de Governo, reduzir a mortalidade infantil na minha cidade, que atingia índice superior a sessenta por mil, a índices de vinte e cinco por mil e, à época, eram os melhores índices da América Latina, excetuada Cuba, que tinha índice de quinze.

Então, acho que no capítulo da família, da criança, do adolescente e do idoso está manifesta uma preocupação dos constituintes brasileiros, na medida em que o **caput** expressa — e a família terá especial proteção do Estado — no art. 263. No tocante à criança, foi acolhida uma emenda de minha autoria dando prioridade à municipalização dos programas de promoção do menor. Acho que esse atendimento à criança deve ser, tanto quanto possível, municipalizado. No tocante ao idoso, foi acolhido também no parágrafo único do art. 267, a emenda que garante o transporte urbano gratuito aos maiores de 65 anos. Isso foi iniciativa pioneira que fizemos em 1980, em São José dos Campos, e que depois, em 1982, foi concedida também ao município de São Paulo e a outros municípios de todo o Brasil.

JC — E quanto ao Judiciário?

Joaquim Bevilacqua — Acho que houve avanços consideráveis no tocante ao Poder Judiciário. Já em 1977, quando veio o pacote de abril, eu era deputado, e fui um dos que mais lutou pela descentralização da Justiça, pelos tribunais federais de recursos descentralizados, para que a Justiça chegasse mais perto do povo. E agora estamos vendo isso e aplicado, a nível constitucional. Estamos prevendo a descentralização dos tribunais regionais de recursos e estamos criando o Superior Tribunal de Justiça, que vai, sem sombra de dúvida, desafogar a instância superior, que estava extremamente congestionada. A descentralização do Poder Judiciário vai fazer, por certo, com que esse direito essencial da pessoa humana, que é o direito à Justiça, seja estendido de forma mais rápida a todos os rincões do Brasil, inclusive no tocante à justiça especializada, no caso da justiça agrária, no caso da justiça federal, nas varas das justiças federais que estão sendo implantadas em todo o Brasil.

Constituinte é o poder mais legítimo

Ao discorrer sobre os trabalhos da Constituinte, que considera, das grandes bandeiras do PMDB durante o período autoritário, a de maior alcance, o constituinte Henrique Eduardo Alves (PMDB — RN) sentença: "Ela é o fato político mais importante desta geração". Alves contesta os que a criticam, frisando que "nenhum poder tem mais legitimidade do que o atual poder constituinte do Congresso Nacional", que é resultante, a seu ver, das eleições mais livres deste País, até porque o eleitor tinha consciência de que os deputados e senadores viriam para Brasília cumprir esse dever.

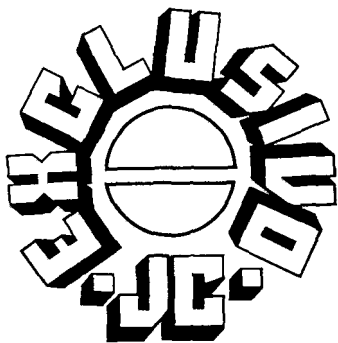
JC — Como o deputado analisa o processo constituinte?

Henrique Eduardo Alves — Creio que a Constituinte é o fato político mais importante desta geração. Das grandes bandeiras do PMDB, ao longo desses anos de autoritarismo, a Constituinte era a mais importante, porque ela é, sem sombra de dúvida, a que irá estabelecer uma nova Carta Magna para o país e, portanto, ditar seu rumo, seu destino, seu futuro e os seus horizontes. Creio que ela nasceu sob uma grande expectativa e uma grande cobrança. Daí a nossa preocupação em esclarecer que temos uma Constituinte que irá elaborar uma Constituição sob uma forma nova, inteiramente inédita no mundo.

Todas as outras Constituições que conhecemos partiram sempre de um anteprojeto, de um esboço constitucional. A nossa partiu praticamente do nada, através de um processo, repito, inédito, de subcomissão, de comissão, onde das bases vêm as idéias mais lúcidas, as mais extravagantes, não importa, sendo feito um apanhado daquilo que fosse sentimento nacional, para que, através desse processo de qualificação, de depuração, pudéssemos chegar a um processo que realmente estabelecesse o pensamento médio da Nação brasileira.

Creio ser importante esclarecer também aos que nos criticam que nenhum poder tem mais legitimidade do que o atual poder constituinte do Congresso Nacional. Participamos de eleições as mais livres deste país, com senadores e deputados eleitos livremente, com essa responsabilidade, com esse compromisso, com essa missão. Cada eleitor votou em um deputado ou senador para que viesse aqui cumprir esse dever, sabendo que teria a responsabilidade de falar por esse eleitor na hora de promulgar a nova Constituição brasileira. Indago sempre: se esse processo não tem legitimidade, quem a terá neste país? Portanto, deve-se ter um pouco mais de compreensão para com o trabalho constituinte, que é demorado.

A Espanha realizou o seu processo em quase três anos. No Brasil, que é um país continental, com



A sociedade brasileira foi ouvida, através de diversos segmentos, e terminamos por fazer uma Carta moderna e progressista

divergências, diferenças regionais as mais acentuadas e, portanto, intensas, é muito difícil conciliar interesses, posições, pensamentos e ideais num curto espaço de tempo, conciliando e agradando a todos os interesses. É um processo complexo mas faz parte do espírito democrático a contradição, o debate. Temos consciência de que estamos realizando um bom trabalho. Toda a sociedade brasileira foi ouvida, através de diversos segmentos, em diversas etapas, e terminamos por fazer uma Constituição moderna, progressista, que representa, sem dúvida alguma, o pensamento médio do povo brasileiro.

JC — Estamos em um momento de impasse. Acredita que haverá entendimento?

Henrique Eduardo Alves — Não acredito — e inclusive chego a afirmar — na Constituição que venha a ser feita com o voto da maioria sufocando o voto da minoria. Não defendo o princípio de que a Constituição deva ser elaborada por força da maioria que derrote a minoria. Creio que a Constituição há de ser de todos os brasileiros, se não por unanimidade — reconheço ser quase impossível — mas, pelo menos consensual, atingindo de 80 a 90% dos constituintes.

Para que isso aconteça, é preciso ter muito espírito público, muita capacidade de avançar, de recuar, de negociar, de discutir, para que a Constituição seja realmente duradoura, com o mínimo possível de questionamentos, de contestações. Daí a nossa preocupação de que esse radicalismo que está acontecendo, ora da direita, ora da esquerda, não prevaleça. O importante é a negociação.

JC — O trabalho da Comissão

ADIRP/Benedita Passos



Alves: Carta representa o pensamento médio do povo brasileiro

de Sistematização gerou muita polêmica. Qual a opinião do deputado sobre o texto?

Henrique Eduardo Alves — A Comissão de Sistematização está sendo muito discutida, criando, realmente, muitos conflitos. É preciso que se entenda que todo esse processo se iniciou nas subcomissões, e depois, num processo mais apurado, nas comissões temáticas. Em todas essas fases houve críticas, queixas, reclamações e debates, até que, afinal, chegou ao Plenário da Comissão de Sistematização, com apenas 93 constituintes, não representando, obviamente, a maioria do Plenário Constituinte.

A Comissão de Sistematização tinha o dever de sistematizar, de conciliar as propostas, algumas conflitantes. Sabemos que projetos anteriores avançavam em alguns pontos, mas recuavam em outros, quer dizer, estabeleceram uma forma muito desconexa, muito incoerente de programa constitucional, e a Comissão de Sistematização teve a tarefa difícil de conciliar e aparar essas arestas. Acredito que ela representou avanços e também algumas dificuldades.

Temos pontos positivos, sobretudo, no tocante à educação, a definição constitucional de 18% do Orçamento nacional para a educação. Em relação ao Nordeste, creio que avançamos; a unidade do Nordeste mostrou ao país e aos demais constituintes que na união conseguimos, realmente, nos fortalecer e avançar. O Nordeste está ocupando um espaço maior, através da obrigatoriedade, a partir de agora, de orçamento regionalizado, de programas regionais, uma participação maior do Nordeste na arrecadação do IPI, do Imposto de Renda e do Fundo de Partici-

pação dos Estados, com uma descentralização administrativa maior.

Outro ponto positivo é a reforma agrária que, afinal, praticamente estabeleceu um consenso na Comissão de Sistematização. Há pontos positivos e negativos. Isso faz parte desse tempo e desse jogo. Esses pontos conflitantes são tarefas do Plenário dirimir e, se possível, corrigir e aperfeiçoar.

JC — O deputado é a favor do parlamentarismo ou do presidencialismo?

Henrique Eduardo Alves — Sou parlamentarista. Defendo o parlamentarismo não como medida casuística. Lembro-me, quando era mais jovem, da experiência do Governo João Goulart, quando se usou o parlamentarismo para outros objetivos. Temo que isso possa acontecer agora por parte de alguns, tentando apenas, com a forma parlamentarista, reduzir os poderes do atual presidente da República, José Sarney. Entendo que o parlamentarismo deveria estabelecer um tempo para todos os governos parlamentaristas do país, e não um de cinco anos para o futuro e de quatro para o atual. Creio que aí começamos com casuísmos, com formas desconexas. Isto prejudica a seriedade deste trabalho.

Sou parlamentarista porque essa é a oportunidade de termos uma experiência nova de governo, já que o presidencialismo, ao longo de quase cem anos, mostrou muita sensibilidade a crises, que tinham soluções não constitucionais, soluções de força autoritária. Devemos varrer essa experiência da História brasileira. Digo mais: o presidente da República, para exercer, hoje, esse poder presidencialista que aí está, teria de ser

um super-homem, porque ele, numa audiência, recebe, por exemplo, o ministro da Fazenda, e tratará com ele a dívida externa; logo depois, recebe o ministro da Previdência Social, com o qual discutirá o Funrural, o pleito, pressões de grupos políticos. Quer dizer, é uma tarefa desgastante para um homem público, e o presidente da República não é melhor do que ninguém, não tendo essa qualidade de super-homem. Esta forma de presidencialismo está inteiramente superada.

JC — Muitos acreditam que com a promulgação da nova Carta haverá a implosão dos atuais partidos políticos. Como vê a questão?

Henrique Eduardo Alves — Creio que a nova Carta constitucional pode provocar a necessidade de uma definição mais ideológica e mais programática dos partidos políticos. Admito isto. Mas, com realismo político, vejo uma certa dificuldade, sobretudo em virtude de que eleições próximas de presidente da República aconteçam ou não, e aconteçam, como acontecerão com certeza, as de prefeitos municipais. É muito difícil num país organizar-se um partido político. São muitas as dificuldades e obstáculos. Já temos experiência no passado de partidos que tentaram crescer e não conseguiram. O Partido Popular foi um deles, do saudoso Tancredo Neves. É muito difícil organizar-se um partido num ano de eleição.

Creio que, passada essa fase, há necessidade de que os partidos assumam o seu perfil ideológico, o seu programa, claramente, transparentemente, para que a Nação brasileira assuma também, através de seus diversos segmentos, as suas posturas em relação à economia, em relação ao social, em relação ao administrativo, ao cultural, e que cada um dê um programa de partido claramente definido.

JC — Deputado, voltam todas as prerrogativas do Legislativo. Qual é a função do Legislativo no Estado moderno?

Henrique Eduardo Alves — É um dos pontos positivos do atual projeto, onde as subcomissões, comissões temáticas e de Sistematização mantiveram avanços consideráveis, que é a recuperação das prerrogativas do Poder Legislativo, que de todos os poderes, a meu ver, é dos mais legítimos porque aqui, realmente, é a casa do povo. É onde você identifica muito mais clara e transparentemente o povo brasileiro como um todo, nas suas qualidades, nas suas virtudes, nos seus defeitos, nos seus erros, enfim, isto aqui é um organismo, é um pulmão deste país. E, portanto, passam aqui todos os sentimentos, todas as apreensões, todas as angústias e todas as esperanças.

Então, acho que antes de estabelecer as prerrogativas do Poder Legislativo se dará a este Poder a responsabilidade maior de fazer com que o Poder Executivo se atenha aos seus deveres e suas responsabilidades. Não ultrapasse, portanto, os seus limites, fazendo, assim, a verdadeira divisão de Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo para que tenhamos uma democracia, e ela só acontecerá normalmente na hora em que isto aconteça, e cada Poder respeite o poder do outro para que possamos fazer realmente um país democrático, um país onde prevaleçam os direitos e os deveres de cada cidadão.

Imposto para terras não produtivas

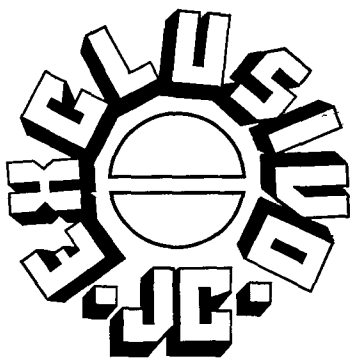
Para que se faça uma boa redistribuição de terra, é preciso, em primeiro lugar, estabelecer uma boa política agrícola. E mais: "um dos melhores coadjuvantes da reforma agrária é a política fundiária, onde alguns fatores devem compatibilizar para o seu desenvolvimento, como o desestímulo a ter a terra improdutiva através de imposto progressivo".

Na entrevista, entre outros assuntos, Jonas Pinheiro destaca ainda, a partir da dotação de 3% do Orçamento da União para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, emenda de sua autoria que cria o Banco do Centro-Oeste, que seria o agente financeiro específico para aplicação desses recursos em partes de Goiás e Mato Grosso e em todo Mato Grosso do Sul.

JC — A partir da aprovação do novo texto constitucional, como fica a agricultura no país?

Jonas Pinheiro — Três assuntos nos dizem muito de perto com respeito à agricultura, que são: uma política agrícola, uma política fundiária e a reforma agrária. Acredito que esses três assuntos devem caminhar paralelamente, convergindo para o desenvolvimento da agricultura nacional. Hoje, o que sentimos neste país é que temos muita terra, temos agricultor de todos os tamanhos — grande, pequeno e médio —, todos sofrendo por falta de uma política agrícola. Entendo que, primeiro, temos que estabelecer uma boa política agrícola, para que tenha efeito uma boa redistribuição da terra no país. E a redistribuição da terra no país não se faz apenas por desapropriação para a reforma agrária. Acredito que um dos melhores coadjuvantes de reforma agrária é a política fundiária, onde alguns aspectos, alguns fatores, devem compatibilizar para o seu desenvolvimento, tal seja o desestímulo a ter a terra improdutiva através de imposto progressivo. Acho que a tributação progressiva em terra improdutiva é essencial para desestimular a que o produtor ou o latifundiário fique com a sua terra. Conhecemos muito bem o efeito do crédito fundiário nas áreas de colonização. Acredito que se estabelecermos a prioridade ou o estímulo para assentamento, através de colonização, e dermos o teto fundiário ao agricultor, a longo prazo, com juros razoáveis, para que possa pagar, é a melhor maneira de assentar o colono na sua terra, com responsabilidade.

Outro aspecto importante que temos na área da política fundiária é a eliminação do foco de tensão social. Particularmente, conheço centenas de focos de tensão social em terra do governo, portanto, em terra que podemos chamar terra de sesmaria, terra de governo realmente, e o que está precisando é apenas o governo titular essas áreas. Por outro lado, há tensão



Se estas três Regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são as mais carentes, é normal que recebam mais recursos

social em suposta propriedade, em suposto dono, onde está cheio de posseiros. E podemos eliminar esse foco de tensão social através de desapropriação daquela área, ou de permuta daquela área, com o suposto dono, para uma outra área, onde o proprietário possa ficar. Acredito que as políticas fundiária e agrícola, todas elas, são muito importantes para que tenhamos neste país uma boa reforma agrária.

Não acredito em reforma agrária por estabelecimento de módulo máximo, porque assim estaríamos partindo o Pantanal Mato-grossense, e é antibrasileiro, antinacional pensar nisso. Não acredito, também, em estabelecer módulo máximo em cerrados brasileiros, sobretudo no cerrado mato-grossense, onde o cultivo através do pequeno produtor só pode ser feito por meio de cooperativas, senão o cerrado só é viável para o médio e o grande proprietário. Não podemos condenar, de forma alguma, o grande benefício que os brasileiros estão fazendo na região do cerrado, onde se está aplicando uma tecnologia extraordinária e produzindo, embora em grande extensão, mas com alta produtividade, portanto, com rendimento. E esses produtores cumprem, de fato, a função social da sua propriedade. Em função disso, somos contra a limitação de propriedade, no país, pelo menos por enquanto. Enfim, acredito que a agricultura, através desses três fatores — política agrícola, reforma agrária e política fundiária —, vai estabelecer um certo equilíbrio e uma certa estabilidade para os produtores, para aqueles que fazem agricultura neste país. Além do mais, o fator econômico é muito importante. Vamos estabilizar o fator econômico do Brasil para que te-

ADIRP/Benedita Passos



Jonas Pinheiro: a definição da política agrícola é preliminar essencial

nhamos confiança, para que o agricultor tenha confiança, e com isso venha produzir com muito mais apoio e denodo.

JC — Além dessas medidas que preconiza, não teremos que reformular a política de abastecimento?

Jonas Pinheiro — Também. Dentro da política agrícola deste país temos que formalizar uma lei agrícola. E dentro desta lei agrícola todos os fatores de produção, de comercialização e de abastecimento devem estar previamente estabelecidos. O que precisamos é uma lei agrícola que venha trazer uma política agrícola duradoura. Não acreditamos, de forma alguma, que se falhar um dos fatores, seja de produção, de comercialização, de abastecimento, se possa estabelecer a agricultura neste país. O abastecimento deve estar incluído dentro de uma lei agrícola, para que a nossa agricultura não fique à mercê daqueles que venham a governar esse país.

JC — A Comissão de Sistematização aprovou uma dotação de 3% do Orçamento da União para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como vai ficar essa questão?

Jonas Pinheiro — Esse foi um trabalho feito pelos constituintes dessas três regiões. E foi muito bem entendido pelos constituintes de outras regiões. Nesta Constituição queremos eliminar os desequilíbrios social e econômico que existem no nosso país. Ora, se essas três regiões são as mais pobres e carentes deste país, é normal que se jogue um pouco mais de recursos. Portanto, daqueles recursos que a União destinará para os municípios e para os estados também 3% serão destinados para essas

três regiões. E estes 3% serão alocados para regiões, para serem aplicados dentro de um plano de desenvolvimento de cada região, através de crédito para investimento. E esse crédito, esperamos, seja o mais oportuno possível, melhor equilibrado, para que as nossas regiões tenham um desenvolvimento harmônico.

A aplicação desses recursos será através dos bancos regionais de cada região.

JC — Nos casos de Mato Grosso e Goiás não há um agente financeiro. Como será isso?

Jonas Pinheiro — Como a Região Nordeste tem o Banco Nacional do Nordeste, a região amazônica tem o Banco da Amazônia, é bom que se diga que este atua numa parte da Região Centro-Oeste, em determinada região do Mato Grosso, no norte do estado de Goiás e também no estado de Rondônia, que faz parte também do Centro-Oeste. Entretanto, não há um banco específico do Centro-Oeste que atue numa parte de Goiás, numa parte de Mato Grosso e em todo o estado de Mato Grosso do Sul, não atingidos pelo Banco da Amazônia.

Pois bem, há uma proposta de criação do Banco do Centro-Oeste, que venha a fazer parte do pool de bancos regionais para aplicação desse recurso de 3% do orçamento da União. Acreditamos que esse recurso é bastante substancial no primeiro ano, sendo mais ainda no segundo ano, e assim sucessivamente, agindo como uma bola de neve, que, a cada ano, recebe mais 3% para aplicação nessas regiões.

JC — Como analisa a destinação de verbas para a educação desde o pré-escolar até o segundo grau?

Jonas Pinheiro — Vejo como uma obrigação do Estado a destinação de recursos para as escolas gratuitas, desde o pré-escolar até o segundo grau. É dever do Estado, que, portanto, vai sustentar. Entretanto, devemos deixar bem livre também a iniciativa privada, que possa montar sua escola, preparar seus professores, para aqueles que podem pagar escola no país. E é bom que isso aconteça: quanto mais estudantes tivermos destinados à escola privada, sem dúvida nenhuma, quem ganha com isso é a escola pública, porque ela terá muito mais condições de dar melhor ensino para os brasileiros que infelizmente não podem colocar seus filhos em escola particular. Esta também, sendo de livre iniciativa, concorre com as demais, e quem ganha com isso é o nível de ensino, e tanto mais, quanto mais concorrência existir.

JC — Acredita que a instituição do sistema único de saúde pode inibir de alguma forma a iniciativa privada?

Jonas Pinheiro — Não, porque este Programa Único de Saúde vai trabalhar de forma muito mais preventiva a favor da saúde do povo brasileiro, e a iniciativa privada atua muito mais no tratamento das doenças, na clínica — vamos considerar assim. Portanto, há espaço para as duas coisas: o Plano Nacional de Saúde, que vai ser estabelecido nessa nova Constituição, bem como a iniciativa privada, que é necessária para o nosso país. O governo federal da União jamais, nesta situação em que estamos, vai ter condições de fazer tudo pela saúde do brasileiro. Portanto, aí cabe à iniciativa privada fazer a parte dela.

Exigência essencial do ser humano, quase tão imperativa quanto a de alimentar-se para sobreviver, a segurança é tema obrigatório em todas as rodas. Ou melhor, como disse a constituinte Lídice da Mata (PC do B — BA), “a falta de segurança, que é o que existe neste país”.

Ameaçado de todas as formas, o cidadão brasileiro vive, hoje, um drama que, infelizmente, se tornou comum de Norte a Sul e que, das grandes cidades, já ameaça projetar-se para a vida tranquila das pequenas povoações. O que fazer para sofrer essa onda de violência que enfraquece as próprias estruturas da sociedade?

“Segurança só é possível numa sociedade justa em que não haja seres humanos vivendo em condições subumanas”, é a resposta do constituinte Pompeu de Sousa (PMDB — DF). “A solução está em se investir no homem e no respeito aos seus direitos inalienáveis de alimentar-se, ter saúde e trabalho, morar e educar-se”, garante o constituinte Valmir Campelo (PFL — DF). “Neste sistema capitalista, pelo menos a saúde e a educação tinham de ser estatizados”, propõe o constituinte Juarez Antunes (PDT — RJ), apontando uma medida que abriria caminho rumo à segurança do cidadão e da família brasileira.

Unânicos na afirmação de que ao Estado e à própria sociedade compete criar as condições de segurança para o cidadão nascer, crescer, viver e produzir, os constituintes ouvidos pelo JC também estão de comum acordo quanto às causas que vêm gerando, em nosso país, esse clima de quase total insegurança em todas as camadas da sociedade. A fome, a miséria, o desemprego, as desigualdades sociais e as injustiças, em suma a injustiça social é a grande responsável pelo medo, pelo pânico e pelo desespero, hoje, uma tônica da maioria da população brasileira.

“Uma questão de primeira necessidade”, no dizer da constituinte Lídice da Mata (PC do B — BA), a segurança é o grande problema que aflige sobretudo as mais populosas capitais do país, Rio e São Paulo, o que ficou comprovado em pesquisa recentemente feita, na qual demonstrou-se que o maior anseio da população é o de ter segurança, antes mesmo de querer emprego, moradia ou escola. Para a representante do Partido Comunista do Brasil, a questão da segurança no Brasil tem de ser discutida de forma mais profunda e não só sob

Falta trabalho, sobra violência

No momento em que elaboramos esta reportagem, fatos da maior gravidade estão acontecendo no País e que ilustram, de maneira cabal, a vertiginosa escalada da violência e da insegurança em nossa sociedade. Um desses fatos é o assalto ocorrido em Fortaleza, Ceará, quando dois marginais tomaram o Banfort de assalto, fizeram 30 reféns, obrigando-os a se despir e provocando graves ferimentos em 12 pessoas e a morte dos dois assaltantes. Esse assalto ocorre quando os comentários sobre um outro, o assalto ao Banco do Estado

do Paraná, em Londrina, ainda nem tinha esfriado. Em ambos, vários pontos em comum: a demonstração da fragilidade dos esquemas de segurança, a onda de terror que cada vez mais cresce na alma do povo e a idade dos assaltantes, todos na faixa dos 20 anos, o que evidencia um traço que lamentavelmente parece marcar o destino de uma força jovem que deveria estar cercada pelas opções do trabalho, da educação, da moradia e do lazer dignos: a opção pela marginalidade.

a ótica de que é necessário aumentar os contingentes policiais. “Há que se ver, em primeiro lugar, os problemas do desemprego, da fome, da falta de saúde, para que a população não tenha como opção permanente à marginalidade”, diz ela. “A segurança — acrescenta — ou melhor, a falta de segurança, é um problema estrutural, próprio de uma sociedade capitalista que não tem como objetivo principal o desenvolvimento do homem. Esse problema se agrava no Brasil, que tem um Estado corrupto e desonesto. Soluções como a pena de morte, o armamento das polícias em maior escala não são, na realidade, soluções, são medidas que não resolvem o problema.”

Admitindo que as soluções não podem ser atingidas de imediato, Lídice da Mata afirma que, enquanto não se acabar com a fome no País, é necessário que se tenha um policiamento capaz, não corrompido e, sobretudo, menos violento, pois a violência da polícia atinge o cidadão em geral. Outra coisa importante, para a representante da Bahia, é a necessidade de se repensar o modelo penitenciário brasileiro e toda a política de segurança do país.

DUAS FACES

Para Lídice da Mata, nossa insegurança tem duas faces; uma técnica, em que constata as péssimas condições dos contingentes policiais que, além de arriscarem suas próprias vidas, estarem em contato permanente com a violência e sofrerem

as tentações da corrupção, a maioria das vezes não contam com acomodações, salários, grau de escolaridade, etc., condignos, tornando-se, eles mesmos, parceiros ou autores da violência. A outra face tem raízes na dívida social do Estado para com o povo, o que envolve toda a problemática de caráter sócio-econômico que aí está para ser resolvida. Sob o seu ponto de vista, a Constituinte deve englobar essa discussão e elaborar dispositivos gerais que orientem uma mudança na lei ordinária. Tais dispositivos dizem respeito também à violência que é instigada nos meios de comunicação de massa, principalmente na TV (filmes policiais americanos, elogios às façanhas policiais, propaganda permanente da violência, etc.) o que gera, a seu ver, no cidadão, uma permanente neurose de violência e medo.

Uma obra na qual se deve investir não só de imediato como a médio e longo prazos, a segurança, para o constituinte Valmir Campelo (PFL — DF) é sinônimo de uma porção de coisas que está faltando neste país: crianças amparadas, alimentadas e amadas, jovens escolarizados e empregados, velhos respeitados e acatados por sua experiência e discernimento. Com a experiência que a convivência de dezesseis anos lidando com as comunidades mais carentes de cidades-satélites do Distrito Federal lhe deu, Valmir Campelo se bate pela proliferação das creches, dos cursos profissionalizantes e da geração de mais numerosos empregos. “Num país jovem como o nosso não se pode des-

prezar, de modo algum, o grande investimento que é a pessoa humana. O amparo à infância tem de continuar na propiciação de maiores oportunidades ao adolescente e ao adulto, tanto nas áreas do ensino como do mercado de trabalho. Sem esse alicerce, difícil será se construir o edifício do progresso, da saúde e do desenvolvimento.”

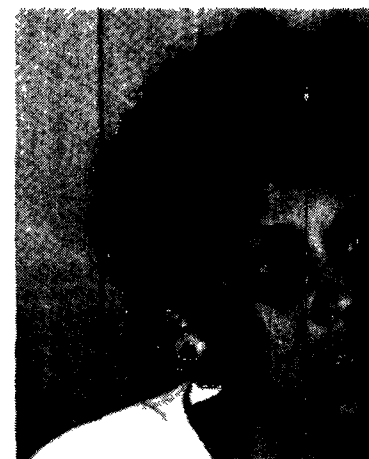
O Estado tem de investir no homem — reitera o representante de Brasília — sob pena de pulverizar recursos com obras que não lhe darão retorno e lhe esvaziarão os cofres, sem contudo promover o bem-estar social. “E país algum atinge, se não o ideal, pelo menos o bastante razoável, em matéria de segurança, sem antes ter atingido o bem-estar social do

seu povo”. Salienta. Preocupado com o aumento da criminalidade e da violência em Brasília, o parlamentar pefelista vê na saturação da máquina administrativa, incapaz de absorver maiores levas de servidores, um fator que agrava a situação

O problema da falta de segurança se acentua sobretudo nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, mas, lamentavelmente, vai se espalhando como um câncer, e o noticiário já apresenta com frequência episódios dramáticos ocorridos em pequenas e antes pacatas cidades do interior. Somente aumentar os efetivos de repressão aparentemente não basta.



Pompeu de Sousa: sociedade injusta produz violência



Lídice da Mata: inútil aumentar a força



Valmir Campelo: investir no homem é a solução



Juarez Antunes: só com a legislação elei

“Os policiais são, na sua maioria, recrutados exatamente nos meios mais frágeis da sociedade, onde muitos buscam essa carreira por falta de outra opção de trabalho. Os salários oferecidos são os mais baixos, advindo daí a corrupção dentro dos próprios quadros mantenedores da ordem. O povo não acredita na polícia e essa, portanto, não se impõe.”



econômica das famílias e, conseqüentemente, os quadros de ociosidade e marginalidade. A solução, no seu entendimento, seria a criação de novas alternativas de trabalho, como a instalação, no Distrito Federal, de indústrias não poluentes, indústrias de ponta, assim como uma ação integrada dos governos dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Brasília para o desenvolvimento da região geoeconômica do entorno da Capital. "Um jovem que estuda e trabalha, que tem, em consequência, o seu ganho garantido e um mínimo de condições dignas de vida, dificilmente se encaminhará para a marginalidade, para a delinquência. O que vemos, portanto, no fundo do problema da segurança é o problema social e econômico, gerando todas as distorções, todos os desequilíbrios, toda a miséria e desespero do indivíduo que, desde cedo, viu-lhe negadas as condições de viver e crescer".

O OUTRO LADO

O outro lado da medalha apresenta um problema não menos pequeno: o quadro bastante lastimável dos contingentes policiais a quem o Estado entrega a responsabilidade de proteger os cidadãos. "No Brasil — observa Valmir Campelo — onde o desemprego campeia, como é feito o recrutamento dos policiais? Da maneira mais aleatória possível e, geralmente, junto às camadas menos favorecidas da população. Depois de entrar para a força policial, o jovem cidadão ainda se depara com uma máquina mal estruturada, mal orientada e desprotegida, ela também, das condições dignas para um trabalho digno: baixí-

“ Há que se ver, em primeiro lugar, os problemas do desemprego, da fome, da falta de saúde, para que a população não tenha como opção permanente a marginalidade. A falta de segurança é um problema estrutural, próprio de uma sociedade que não tem como objetivo principal o desenvolvimento do ser humano. O problema se agrava com um Estado corrupto e desonesto. ”

simos salários, falta de equipamento e técnica e uma legislação inteiramente fora da realidade. Pouca gente sabe, por exemplo, que o policial de Brasília trabalha 24 horas e descansa 48, enquanto em outros Estados a escala é de 24 por 72 horas. E que, como os demais policiais, se ele, num enfrentamento, matar um bandido, vai ter que arrumar advogado para se defender, correndo o risco de ser expulso da corporação, apesar de estar em cumprimento de suas tarefas. "Tudo isso junto, e mais o contato permanente com a violência e a corrupção, leva o cidadão a um descrédito de si mesmo e da sociedade, propiciando a inversão de valores e os efeitos contraditórios da insegurança por parte daqueles a quem, ironicamente, é confiada a segurança de toda uma sociedade," conclui Valmir Campelo.

LEGISLAÇÃO

"Um único fato poderia acontecer para mudar esse estado de coisas: uma legislação eleitoral nova, em que os meios de propaganda estivessem a serviço de todos por igual, onde a coleta de votos obedecesse a um sistema livre de pressões

sobre o eleitor, onde a apuração de votos fosse limpa. Só assim teríamos um Congresso refletindo com muito mais aproximação a vontade popular e, assim composto, legislar no sentido de promover as reformas necessárias para mudar a face do país e, conseqüentemente, trazer a tranquilidade e a segurança capazes de dignificar a vida do cidadão". Esta é a opinião do constituinte Juarez Antunes (PDT — RJ), para quem o Congresso Nacional devia elaborar leis de acordo com a vontade popular e não para certos grupos privilegiados. Sem que se mude o regime capitalista, este seria o ponto de partida para a melhoria das condições de vida da população brasileira, acredita Antunes.

Confessando-se favorável a eleições gerais já em 88, o representante do PDT diz que seria uma ótima fórmula de o povo desfazer-se daqueles candidatos que o enganaram — os eleitos a peso de dinheiro ou à custa de falsos milagres, como o Cruzado ou, ainda, por conta dos investimentos dos meios de comunicação.

Quanto à violência contra a qual a queixa é generalizada

em todas as camadas sociais, Juarez Antunes acredita que o que acarreta a marginalidade é exatamente o desespero do cidadão que, não tendo poder aquisitivo, vê sua família passando fome, e inicia todo um processo de deterioração. Segundo ele, não adianta aumentar os efetivos policiais para conter pessoas com fome. "Se melhorar as condições de vida do povo estaremos eliminando a marginalidade e fazendo decrescer os índices de criminalidade", garante. De que adianta — pergunta ele — colocarmos um policial em cada esquina se, em cada rua, temos crianças abandonadas, jovens desempregados, chefes de família com salários insuficientes para sua sustentação e de seus filhos?"

Para Juarez Antunes, a filosofia policial brasileira é produto do próprio sistema capitalista, onde não existe o respeito pelo cidadão e, sim, a vontade de reprimir. "A polícia não é tida — observa — pelo cidadão como um amigo seu, como um agente pago pelo povo para defender o próprio povo. Daí vem o medo, a ojeriza que o cidadão tem de tratar com os policiais, quase tanto quanto, é às vezes mais, do que com os próprios marginais. O que não acontece em países socialistas, onde não se verifica diferença entre o policial e o cidadão comum, pois ambos se misturam como iguais e amigos,

insegurança de uma parcela enorme da população que, por força da injustíssima estrutura sócio-econômica do país, seus componentes nascem, crescem e vivem em condições subumanas. E quem nasce assim não tem nem oportunidade de adquirir condição humana. E a condição humana é inseparavelmente necessária à criação da consciência humana no indivíduo. Esses seres marginalizados — explica Pompeu — maltratados pela vida e pela injustiça, precisam sobreviver de alguma maneira. Não creio na maldade inata. Essas criaturas são destituídas de critérios morais; para elas, são valores de pura e simples sobrevivência. Por isso é que todas as medidas policiais jamais poderão dar total segurança numa sociedade tão injusta e injusticadora.

Ressaltando a necessidade de um aparelho de vigilância e repressão para manutenção da ordem, Pompeu de Sousa reconhece, entretanto as distorções, os vícios e as irregularidades que minam nossos quadros policiais, estes também vítimas da grande injustiça social. A seu ver, o texto legal da nova Carta não poderá, por si só, operar a mudança. "O texto legal não cria realidade, mas resulta da realidade. O que ele pode fazer é estabelecer pressupostos e parâmetros e procurar criar condições sócio-econômicas que venham a ter efeito legal na realidade social. Fora disso, tudo cai no terreno da utopia. Como dizia Francisco Campos, "será lei que não pega". Neste particular, o senador pelo Distrito Federal destaca a nossa mania, bem brasileira, de elaborar lindas leis e lindamente descumpri-las, ignorá-las como se, de fato, não existissem. "Um dos males mais sérios do nosso país — declara Pompeu — é o faz-de-conta, uma deformação histórico-cultural no Brasil, no qual as pessoas substituem a realidade pela idealidade". A propósito disso, o senador brasileiro lembra uma conversa mantida, há anos atrás, com Alceu Amoroso Lima, na qual se queixava desse hábito bem brasileiro de viver no faz-de-conta. Concordando com ele, Amoroso Lima arrematou: "É, seu Pompeu, começa em 'faz-de-conta' e acaba em 'tanto-faz'".

Com a consciência alerta a esse fato, Pompeu de Sousa confessa que uma de suas maiores preocupações é lutar contra esse vício. "Tornei-me um verdadeiro pregador. Estou nesta luta desde os 14 anos de idade e a vida inteira me tenho dedicado a mostrar que não se pode viver no faz-de-conta. Fiz isso no jornal, fiz como professor no Colégio Pedro II, aos 18 anos como professor, depois como professor na Universidade. Resolvi disputar um mandato eleitoral pela oportunidade, a nível mais amplo, de enfrentar esse engodo. Mas, essa luta, não posso ganhá-la sozinho. Ela tem que ser ganha pela própria sociedade."

Maria Valdira

policial

toral

Emendar para construir o país

Prosseguimos divulgando as emendas apresentadas pelos constituintes e aprovadas pela Comissão de Sistematização



CARLOS ALBERTO CAÓ apresentou 236 emendas, tendo aprovadas 55. Principais: a que estabeleceu que fica reconhecido o direito de greve, vedada à iniciativa patronal; a que assegura aos criadores e aos intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou participarem; sobre a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais e a que determina serem submetidas ao Congresso os processos de concessão de rádio e TV.



ANTONIO CARLOS KONDER REIS apresentou 220 emendas, das quais 67 foram aproveitadas. Principais emendas: pela instituição de cursos oficiais de habilitação e aperfeiçoamento de magistrados, como requisito para o ingresso e os avanços na carreira; contra a possibilidade de lei complementar indicar outras categorias de contribuintes do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias); a favor de que seja dada garantia legal aos locais de culto religioso e às várias liturgias particulares.



CRISTINA TAVARES apresentou 219 emendas, das quais 94 aprovadas. Principais: considerando livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão; suprimindo a permissão de liberação de verbas públicas às escolas particulares, definindo normas para outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão, televisão; criando normas para escolas comunitárias; aplicando aos sindicatos rurais e às colônias de pescadores os princípios adotados para sindicatos urbanos.



AGASSIZ ALMEIDA apresentou 218 emendas, sendo 67 aprovadas. Principais emendas: a favor da concessão de pensão mensal a toda pessoa com mais de 65 anos de idade que não disponha de outra fonte de renda, independente de prova de recolhimento de contribuição previdenciária; contra a aposentadoria em funções ou cargos em comissão ou de confiança; a favor de que o crime de tortura seja inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia; pela repressão à formação de cartéis.



MICHEL TEMER apresentou 218 emendas, tendo 75 aprovadas. Principais emendas: determinando que a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito às populações interessadas; modificando dispositivo referente à instauração de inquérito policial e diligências investigatórias, no tocante às atribuições do Ministério Público e da Polícia Civil.



IRMA PASSONI apresentou 218 emendas, das quais 70 aprovadas. Principais: pelo ensino universal, obrigatório e gratuito, nos 1º e 2º graus; pela criação de controle da função social dos imóveis urbanos, além de normas para a desapropriação por interesse social, contra idade mínima para aposentadoria; pela instituição de pensão mensal, no valor de um salário mínimo para os cidadãos maiores de 60 anos de idade, independente de prova de recolhimento de contribuições previdenciárias.



JOÃO NATAL apresentou 217 emendas, das quais 40 foram aproveitadas. Principais emendas: a favor de que as funções de Ministério Público sejam exercidas apenas por integrantes do respectivo quadro, que deverão residir na sede de sua lotação; a favor da inelegibilidade do cônjuge e dos parentes por consanguinidade, afinidade ou adoção do presidente da República, do governador e do prefeito; a favor de programas oficiais de amparo aos idosos, inclusive oferecendo-lhes transportes gratuitos.



ANTÔNIO SALIM CURIATI apresentou 214 emendas, das quais 40 foram aprovadas. Em destaque: pelo transporte coletivo urbano gratuito para os maiores de 60 anos; contra a intervenção e a desapropriação por interesse do Estado; a favor da aposentadoria da dona-de-casa, desde que tenha recolhido à Previdência pelo menos doze contribuições; a favor do desconto em folha da contribuição das categorias profissionais, sem eliminar a contribuição sindical dos empregadores e dos profissionais liberais.



IVO MAINARDI apresentou 211 emendas, das quais 68 foram aproveitadas. Principais emendas: pela equiparação dos territórios aos estados e ao Distrito Federal, para efeito de participação nas receitas tributárias; contra isenções fiscais para os produtos semimanufaturados destinados à exportação; pela gratuidade do casamento civil; a favor de benefícios para fomentar práticas esportivas formais e não formais; a favor da instituição de uma política habitacional para os trabalhadores rurais.



RITA CAMATA apresentou 211 emendas, das quais 63 foram aprovadas. Principais emendas: a favor de que o presidente da República, os governadores estaduais e os prefeitos tenham que renunciar com seis meses de antecedência caso desejem disputar outros cargos; a favor da garantia de preços mínimos para os pequenos e médios produtores rurais; a favor de bolsas de estudo para os estudantes carentes, nos estabelecimentos oficiais, devendo o estudante retribuir posteriormente.



LÚCIO ALCÂNTARA apresentou 211 emendas, das quais 59 foram aprovadas. Principais emendas: a favor da idade mínima de 21 anos para que o cidadão possa se candidatar à Câmara dos Deputados; a favor de que os vencimentos do procurador-geral da República sejam iguais aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal; a favor de que as associações civis formadas no seio da sociedade só possam ser dissolvidas ou suspensas em consequência de decisão judicial definitiva, transitada em julgado.



JOSÉ GERALDO apresentou 208 emendas tendo 47 aprovadas. Principais: sobre o contrato de trabalho que garanta justa indenização contra a despedida imotivada ou sem justa causa; sobre a fiscalização e aplicação de quaisquer recursos da União repassados a estados, Distrito Federal e municípios; estabelecendo que as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos; e sobre a aposentadoria após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher.



SANDRA CAVALCANTI apresentou 207 emendas, das quais foram aprovadas 63. Principais: a que propõe a substituição da expressão "idioma nacional" por "língua portuguesa"; a que determina seja o ensino religioso disciplina obrigatória nas escolas públicas, sendo facultativa a matrícula; a que suprime a expressão "e em casos excepcionais" por imaginá-la implícita na concessão de verbas públicas às escolas privadas; e sobre o direito de propriedade de imóvel rural.



VIRGÍLIO TÁVORA apresentou 207 emendas, tendo 68 aprovadas. Principais: a que estabelece que na elaboração do plano plurianual serão observados o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas para a distribuição regionalizada dos investimentos; a que garante aos territórios a auferição de recursos do Fundo de Participação em igualdade de condições com os estados e o Distrito Federal, e a que estabelece que o casamento terá celebração gratuita, tendo o religioso efeito civil.



JOSÉ SERRA apresentou 200 emendas, tendo 125 aprovadas. Principais: a que estabelece que a lei regulamentará a forma de articulação entre os níveis do governo, sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural local; a que determina que qualquer vantagem adicional concedida ao servidor público terá como referência o salário-base; sobre a concessão ou utilização de créditos ilimitados; e sobre as alíquotas aplicáveis às operações internas com minerais.



FRANCISCO ROLLEMBERG apresentou 198 emendas, tendo 56 aprovadas. Principais: sobre a prisão civil por dívida; sobre a competência de os municípios instituírem impostos; a que estabelece que são livres a greve e o locaute, salvo nos serviços públicos e atividades essenciais; e a que estabelece que as empresas comerciais, industriais e agrícolas deverão contribuir com o salário-educação para o ensino primário gratuito dos seus empregados e respectivos dependentes.



ELIEL RODRIGUES apresentou 195 emendas, tendo 42 aprovadas. Principais: sobre o impedimento de os estados e o Distrito Federal terem a faculdade de instituir adicional ao Imposto de Renda e aos proventos de pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas nos respectivos territórios; a que estabelece proteção aos locais de cultos religiosos; a que prioriza a utilização dos recursos públicos pelas escolas públicas; e sobre a composição da Câmara Federal.



RENATO VIANNA apresentou 195 emendas, tendo 52 aprovadas. Principais: propondo igualdade de princípios para os sindicatos urbanos, rurais e colônia de pescadores; conferindo ao Tribunal de Contas fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados mediante convênio, acordo ou ajuste, pela União a estados, Distrito Federal e municípios; permitindo a Justiça estadual instalar juizados especiais para o julgamento de pequenas causas; manutenção de sistema de previdência pelos estados e municípios.



SIMÃO SESSIM apresentou 195 emendas, tendo sido 67 aprovadas. Principais: novas determinações quanto a incidência do ICM sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, possibilitando a cobrança do imposto por ocasião do desembaraço aduaneiro, como vem sendo feito há anos; estabelecendo ser da competência da União promover, através de legislação específica, incentivos fiscais que possibilitem os objetivos da democratização do acesso à atividade física, esportiva ou do lazer.



GERALDO CAMPOS apresentou 193 emendas, tendo sido 79 aprovadas. Principais: propondo que os servidores públicos nomeados sem concurso público, em atividade na data da promulgação da Constituição, que contem ou venham a contar cinco anos de efetivo exercício, serão estáveis desde que aprovados em concurso interno de provas; vedando ao poder público qualquer interferência na organização sindical e a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato.



ÁLVARO VALLE apresentou 193 emendas, tendo sido aprovadas 41. Principais: estabelecendo que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido; estatuinto o princípio da anterioridade no tocante à legislação criminal; tratando da autonomia das universidades; determinando que o servidor inativo não perceba proventos inferiores aos dos servidores em atividade; modificando dispositivo referente à liberdade de circulação das pessoas e assegurando igualdade de tratamento aos portugueses.



AIRTON SANDOVAL apresentou 192 emendas, tendo sido aprovadas 38. Principais: determinando que a lei da Câmara de Vereadores que decretar empréstimo compulsório em virtude de calamidade pública seja aprovada pela maioria absoluta dos membros do Legislativo local; estabelecendo a prorrogação da aplicação dos critérios eleitorais, de modo que não venham a incidir sobre o pleito de 1988.



ITAMAR FRANCO apresentou 192 emendas e teve 51 aprovadas. Principais: fiscalização e controle, conjuntamente ou por qualquer das Casas e por comissões especializadas, dos atos do Executivo, inclusive da administração indireta; estabelecendo prazo de até 45 dias antes do término do mandato do antecessor para a eleição de prefeito; revisão geral de remuneração de servidores civis e militares que deverão ocorrer na mesma época, com os mesmos índices e sujeitos à mesma política salarial geral.



DARCY POZZA apresentou 198 emendas, tendo sido 41 aprovadas. Principais: assegurando ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra; considerando como direito dos trabalhadores o contrato de trabalho protegido, mediante indenização, contra despedida imotivada ou sem justa causa; considerando o ensino livre à iniciativa privada, ressaltada a intervenção do poder público para autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e para fazer cumprir a legislação de diretrizes e bases.



NELSON CARNEIRO apresentou 188 emendas, tendo sido 69 aprovadas. Principais: proibição de diferença de salários e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil; a cada cinco anos de efetivo exercício, o servidor assíduo, que não houver sido punido, terá direito a licença especial de 3 (três) meses, com todos direitos e vantagens de seu cargo; considerando dever da União, Estados, territórios e municípios estimular programas de pesquisa agropecuária.



LÍDICE DA MATA apresentou 188 emendas, das quais 29 foram aprovadas. Principais: a que determina que a lei não limitará o número de dissoluções conjugais; a que cria o princípio da vinculação de recursos de impostos; a que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado; determinando as obrigações do Estado com o ensino; e a que torna obrigatória a gratuidade da assistência prestada pelas empresas aos filhos e dependentes do trabalhador, em creches e pré-escolas.



IVO VANDERLINDE apresentou 186 emendas, das quais 37 foram aprovadas. Principais: a que concede ao setor privado de prestação de serviços de saúde participação na assistência pública à saúde da população; a que determina o estabelecimento de política habitacional para o trabalhador rural; a que estabelece o princípio da igualdade processual entre fisco e contribuinte; a que impede que Estados e o Distrito Federal tenham a faculdade de instituir adicional ao Imposto de Renda.



EUNICE MICHILES apresentou 185 emendas e teve 54 aprovadas. Principais: a que trata do trabalho do menor na condição de aprendiz; a que condiciona os programas de planejamento familiar à melhoria das condições de trabalho, saúde, educação, cultura e lazer, a serem conferidas às famílias; a que cria o princípio da vinculação de recursos e impostos; a que garante a inimputabilidade penal até os dezoito anos de idade; a que garante a proteção aos locais de culto e as suas liturgias na forma da lei.



JOSÉ CARLOS MARTINEZ apresentou 185 emendas, das quais 55 foram aprovadas. Principais: a que torna inafiançáveis os crimes relativos ao tráfico de entorpecentes; a que limita a instituição das contribuições sociais, estabelecendo que estas somente poderão ter fatos geradores e bases de cálculo dos tributos compreendidos na competência tributária da pessoa jurídica de direito público que as instituir; a que permite a cobrança de ICM nas importações do exterior, no momento do desembaraço aduaneiro.



IRAM SARAIVA apresentou 183 emendas, das quais 36 foram aprovadas. Principais: a que determina a obrigatoriedade de a seleção para a investidura no ensino superior ser feita através de avaliações dos currículos e notas; a que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado; a que cria o princípio da vinculação de recursos e de impostos, de forma a assegurar constitucionalmente a aplicação de investimentos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino.



COSTA FERREIRA apresentou 180 emendas, das quais 40 foram aprovadas. Principais: a que altera o prazo para impugnação de mandato, reduzindo-o de seis meses para 15 dias; a que proíbe o acesso de menor em qualquer atividade artística ou afim, que possa causar prejuízos à sua formação moral, intelectual ou psíquica; a que assegura a proteção às participações individuais em obras coletivas, à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas.



CÁSSIO CUNHA LIMA apresentou 180 emendas, das quais 39 foram aprovadas. Principais: a que assegura aos acusados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em qualquer procedimento desde a fase inicial; a que assegura a liberdade de manifestação cultural e artística; a que estabelece as competências dos municípios; a que determina a obrigatoriedade do alistamento eleitoral; a que determina a gratuidade do acesso de idosos nos transportes coletivos urbanos.



JOACI GÓES apresentou 180 emendas, das quais 42 mereceram aprovação. Principais: a que define como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais; a que transfere para Lei Complementar a organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, bem como das normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, assegurando o mesmo regime jurídico do Ministério Público, quando em dedicação exclusiva ao trabalho



MATHEUS IENSEN apresentou 179 emendas, das quais 44 foram aprovadas. Principais: a que estabelece a contagem recíproca de tempo de serviço em atividades públicas e privadas; a que garante o ensino público de primeiro grau, universal, obrigatório e gratuito; a que assegura a proteção às participações individuais em obras coletivas, à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas, assegurando aos autores e intérpretes o controle econômico sobre as obras.



ROBERTO CAMPOS apresentou 178 emendas, tendo sido 51 aprovadas. Principais: a que estabelece a definição de empresa nacional; a que torna obrigatório que os serviços de radiodifusão e de outros meios eletrônicos sejam constituídos sob regime de concessão, por entidades privadas; a que define a Ordem Econômica, de forma a condicioná-la à reativação do desenvolvimento nacional e fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano; a que restringe a participação do Estado na economia.



SIGMARINGA SEIXAS apresentou 178 emendas, tendo sido 44 aprovadas. Principais: ressaltando o direito ao exercício da advocacia pelos membros do Ministério Público que estejam inscritos na OAB à data da promulgação da Constituição; estabelecendo que é compulsória a aposentadoria com vencimentos integrais por invalidez, ou aos 70 anos de idade, e facultativa aos 35 anos de serviço para os homens e aos 25 anos para as mulheres, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura.



EDUARDO BONFIM apresentou 177 emendas, tendo sido 39 aprovadas. Principais: a que determina a função do Primeiro-Ministro no governo parlamentarista, qualificando-o como Chefe do Governo; a que prevê como membros da Procuradoria-Geral da União os atuais assistentes jurídicos da União, os Procuradores de autarquias federais, os procuradores da F. Nacional, os advogados de ofício e os procuradores junto ao Tribunal Marítimo e os procuradores da República que optarem pela nova função.



PAULO PAIM apresentou 176 emendas, das quais 51 foram aprovadas. Principais: a que estabelece que a greve é um direito, competindo aos trabalhadores decidir sobre a sua oportunidade; sobre o repouso semanal ser remunerado nos sábados, domingos e feriados; sobre a educação ser promovida e incentivada com a colaboração da família e da comunidade; sobre a proibição de diferença de salário ou vencimento e de critérios de admissão ou promoção, em razão de qualquer tipo de discriminação



NELSON JOBIM apresentou 175 emendas, tendo 61 aprovadas. Principais: sobre a vitaliciedade dos juízes; sobre a competência do Tribunal Superior de Justiça; a que trata da competência privativa dos tribunais; sobre a criação de tribunais regionais federais com sede no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Distrito Federal; e a que propõe que se enfatize, no texto, a função precípua do Supremo Tribunal Federal de guardião da Constituição.



FLÁVIO PALMIER DA VEIGA apresentou 175 emendas, das quais 47 foram aprovadas. Principais: a que propõe que o ensino religioso, em vez de ser disciplina facultativa, se constitua componente curricular da educação fundamental nas escolas; sobre a gratuidade do ensino básico; a que propõe a manutenção do ISS na competência municipal; sobre a concessão de bolsas de estudo; sobre o direito de opção da família ou do educando relativamente às suas crenças e convicções.



CÉSAR MAIA apresentou 175 emendas, sendo que 41 foram aprovadas. Principais: determinando que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observando-se as qualificações profissionais; a que estabelece que a lei definirá as consequências criminais de ações econômico-financeiras que atinjam a economia popular; sobre a aposentadoria por velhice aos 65 anos de idade; e sobre os critérios para a isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos para a microempresa.



FERES NADER apresentou 174 emendas, sendo 72 aprovadas. Principais: a que determina que a vitaliciedade do juiz seja adquirida em dois e não em três anos; a que disciplina a promoção, por merecimento, dos juízes estaduais; a que estabelece que lei complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios; sobre a contribuição das empresas comerciais, industriais e agrícolas com o salário-educação aos seus empregados e aos filhos destes.



RICARDO FIÚZA apresentou 174 emendas, tendo 35 aprovadas. Principais: a que determina que a Câmara Federal compõe-se de representantes do povo eleitos por voto direto e secreto em cada estado, território e no Distrito Federal, dentre os maiores de 18 anos e no exercício dos direitos políticos, através do voto proporcional, conforme lei complementar; considerando servidores militares os integrantes das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros.



CARLOS CHIARELLI apresentou 170 emendas, tendo 51 aprovadas. Principais: é dever do Estado propiciar ao menor de 14 anos condições satisfatórias a fim de dedicar-se ao que é próprio de sua idade, a lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação aos direitos e liberdades fundamentais; ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; o preso, por estar nesta condição, não perde o direito ao respeito de sua dignidade.



ALEXANDRE PUZYNA apresentou 170 emendas, tendo 36 aprovadas. Principais: computa em dobro, para efeito de aposentadoria, o mandato de vereadores exercido gratuitamente; considerar que a República Federativa do Brasil compreende a União, os estados e os municípios e o Distrito Federal, todos autônomos em sua respectiva esfera de competência; permitir ao prefeito o direito à reeleição, mesmo para o período subsequente, e por um mandato de quatro anos.



MYRIAM PORTELA apresentou 167 emendas, tendo 51 aprovadas. Principais: prevendo o sistema nacional de desenvolvimento urbano, incluídos, entre outros, habitação, saneamento básico e transportes; estabelecendo a adequada ordenação do território, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, e definindo a autonomia do sistema federativo, compreendido pela União, estados, territórios e Distrito Federal.



MAURÍCIO FRUET apresentou 167 emendas, tendo 48 aprovadas. Principais: é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir; a lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais; é assegurada a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença; eliminando o limite mínimo de idade para aposentadoria por tempo de serviço.



MOZARILDO CAVALCANTI apresentou 164 emendas, das quais 28 foram aprovadas. Principais: determinando que as ações de assistência social serão descentralizadas para os estados e municípios, cabendo ao nível federal a função normativa; estabelecendo que os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo, nas condições da lei, ser dirigidos a escolas privadas; suprimindo parágrafo que disciplina a intervenção e a desapropriação de serviços privados de saúde.



MAURO MIRANDA apresentou 161 emendas, tendo sido aprovadas 40. Principais: instituição do sistema nacional de desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos; estabelecimento de diretrizes e metas para a distribuição dos investimentos e outras despesas deles decorrentes e a regionalização na elaboração do plano plurianual; suprimindo a exclusividade do estado de arrecadar importâncias relativas aos direitos autorais e de interpretação.



WALMOR DE LUCA apresentou 161 emendas, das quais 29 aprovadas. Principais: incluindo entre os direitos dos trabalhadores a participação real nos lucros das empresas, desvinculada de remuneração, e na sua administração, conforme definido em lei ou acordo coletivo; criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor; garantindo o reajustamento monetário nas aposentadorias.



MÁRCIO BRAGA apresentou 160 emendas, das quais 44 aprovadas. Principais: princípios e normas a serem adotadas na legislação desportiva, bem como a destinação dos recursos para amparar e promover prioritariamente o desporto educacional, inviolabilidade do advogado no exercício da profissão e nas suas manifestações, bem como das atribuições das Procuradorias Gerais da União, dos estados e dos municípios; vitaliciedade do juiz adquirida em dois anos de exercício, e não em três.



CID SABÓIA DE CARVALHO apresentou 159 emendas, das quais 33 foram aprovadas. Principais: sobre a vinculação dos vencimentos dos membros dos tribunais ao ministro do Supremo Tribunal Federal; a que determina que os atuais integrantes do quadro suplementar dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar e os procuradores junto aos Tribunais de Contas e Conselhos de Contas dos Municípios sejam aproveitados em cargo do quadro da respectiva carreira.



HUMBERTO LUCENA apresentou 157 emendas, das quais 34 aprovadas. Principais: os serviços de transporte de pessoas e bens, dentro de território nacional somente serão explorados pelo poder público, por brasileiros, ou por empresas nacionais; o imóvel rural, objeto de ação de desapropriação pela União, por interesse social, para fins de reforma agrária, deve estar situado em zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo; proibido o trabalho noturno ou insalubre a menores de 18 anos.



ERALDO TINOCO apresentou 156 emendas, das quais 49 aprovadas. Principais: o mercado interno integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, cabendo ao poder público privilegiar a capacitação científica e tecnológica nacional para concessão de incentivos; proibição de utilização de recursos públicos pelas entidades privadas de ensino com fins lucrativos; a União aplicará, pelo menos, 18% da receita resultante de impostos na manutenção do ensino.



LÉLIO SOUSA apresentou 156 emendas, das quais 55 aprovadas. Principais: a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas; imposto da União excluirá imposto idêntico instituído pelo estado ou Distrito Federal, desde que, no mínimo, mantenha o mesmo nível de incidência do imposto excluído, a lei assegurará benefícios para fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.



SAMIR ACHÔA apresentou 155 emendas, das quais 27 aprovadas. Principais: alistáveis como eleitores os militares em geral, inclusive os integrantes das Polícias Militares; passível de penalidade todo ato atentatório à moral e aos bons costumes, inclusive propagandas comerciais veiculadas por meios de comunicação de massa; fixação em assembléia geral, da contribuição da categoria que, se profissional, será descontada em folha para o custeio do sistema confederativo de sua representação sindical.



POMPEU DE SOUZA apresentou 154 emendas das quais 65 foram aprovadas. Principais: assegurando a proteção às participações individuais em obras coletivas, à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas, assegurando aos autores e intérpretes o controle econômico sobre as suas obras; transferindo para a lei ordinária a regulamentação do uso da propaganda comercial de produtos de terapias que possam determinar efeitos na saúde pública.



HAROLDO SABÓIA apresentou 154 emendas e teve 25 aprovadas. Principais: introduzindo o voto proporcional para as eleições para a Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores; determinando a inelegibilidade por parentesco do presidente da República, prefeito, governador; assegurando a proteção às participações individuais em obras coletivas, à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades esportivas, sendo os autores os controladores econômicos das obras.



AUGUSTO DE CARVALHO apresentou 154 emendas, tendo 57 aprovadas. Principais: a que reduz para dois anos o prazo, findo o qual, o juiz adquira a garantia de vitaliciedade; a que estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e na sua gestão; a que conceitua as hipóteses em que se verifica a inocorrência da despedida arbitrária; a que determina o caráter democrático e descentralização da gestão administrativa, com participação paritária dos trabalhadores.



ABIGAIL FEITOSA apresentou 154 emendas, das quais teve 29 aprovadas. Principais: a que inclui a velhice entre os eventos propiciadores da cobertura do seguro social; a que proíbe a destinação de recursos públicos para instituições privadas de saúde com fins lucrativos; a que determina as competências do sistema único de saúde, além das que a lei estabelecer, prevendo o controle, fiscalização e participação do Estado na produção de equipamentos e outros insumos do setor de saúde.



ANTÔNIO UENO apresentou 154 emendas, das quais 36 mereceram aprovação. Principais: a que determina que lei complementar deverá dispor sobre uma política agrícola permanente e aplicável, sem discriminações, a todo produtor rural, e estabelecer as diretrizes para delimitação das zonas prioritárias sujeitas a reforma agrária; a que estabelece a instituição de tratamento diferenciado para as microempresas, especialmente em relação às suas obrigações tributárias, em nível nacional.



LYSÂNEAS MACIEL apresentou 143 emendas, das quais 30 aprovadas. Principais: durante um ano, a partir da promulgação, a União, os estados e os municípios estão obrigados a eliminar de suas administrações todos os aspectos que configurem indesejáveis privilégios ou aberrantes injustiças, ainda que se tenha que legislar com prejuízo de direitos adquiridos; o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações e nenhuma exceção será tolerada além das oriundas de funções naturais.



MENDES RIBEIRO apresentou 149 emendas, tendo 40 aprovadas. Principais: a União deverá tributar renda e proventos de qualquer natureza, acrescentando inclusive ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos, visando a acabar com privilégios no sistema tributário nacional; o patrimônio, a renda ou os serviços da microempresa, como tal definida em lei, são imunes à cobrança de impostos pela União, estados, Distrito Federal e municípios.



ENOC VIEIRA apresentou 148 emendas, tendo 44 aprovadas. Principais: cabe ao Estado garantir o ensino público de primeiro grau, universal, obrigatório e gratuito; o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou Conselho de Contas dos Municípios onde houver; são inelegíveis para qualquer cargo o cônjuge ou os parentes por consanguinidade, até o segundo grau, por afinidade ou adoção do prefeito, governador e do presidente da República.



JOSÉ MOURA apresentou 152 emendas, das quais 15 foram aprovadas. Uma das principais dessas emendas dá competência à União para a criação de normas gerais no sentido de regularizar a atividade desportiva, em todos os níveis, e adota o tratamento diferenciado para o desporto profissional e para o desporto amador. Requer, ainda, que seja dada autonomia às entidades desportivas, clubes e associações, quanto à elaboração dos seus próprios estatutos, à sua organização e funcionamento interno.



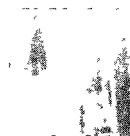
JAIRO CARNEIRO apresentou 153 emendas, das quais 28 foram aprovadas. Dentre elas a que dá competência ao presidente da República para decretar intervenção federal, mas somente mediante prévia autorização do Congresso Nacional, que também autorizará a nomeação do interventor; modificando a atual legislação sobre os vencimentos percebidos pelos ministros de Estado e os ministros do Supremo Tribunal Federal, atribuindo-lhes a mesma remuneração.



PERCIVAL MUNIZ apresentou 152 emendas, das quais 35 foram aprovadas. Entre elas a que regulamenta a aplicação da censura em relação à atividade intelectual, artística e científica, assegurando a liberdade de expressão; outra, que consolida a União como proprietária das jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, prevenindo, para tanto, a distinção da propriedade do solo para efeito de exploração ou de atividade industrial.



JOFRAN FREJAT apresentou 150 emendas, das quais 41 foram aprovadas. Entre elas a que fixa atribuições de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no tocante ao sistema financeiro nacional. Prevê também a fixação de parâmetros para o sistema, suas condições de funcionamento, a atuação de bancos nacionais e estrangeiros, a proteção às poupanças populares, concessão de cartas-patentes e a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil.



TADEU FRANÇA apresentou 137 emendas, tendo 38 aproveitadas. Principais: a favor de que o Estado realize uma distribuição mais justa da riqueza e promova a coexistência democrática entre as formas de propriedade pública, privada, cooperativa, associativa e comunitária; a favor de que a União aplique, no mínimo, 18% de sua receita, e os estados e municípios 25%, na educação; e a favor da iniciativa popular no processo de emenda à Constituição, mediante proposta de, no mínimo, 0,5% do eleitorado.



JORGE LEITE apresentou 147 emendas, tendo aprovadas 35. Principais: instituindo a identificação criminal antes da condenação final; condicionando a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios a dispositivos de lei complementar federal, observados critérios como consulta prévia, mediante plebiscito às populações interessadas, aprovação pelas câmaras de vereadores dos municípios afetados, autorização por lei estadual e autonomia econômico-financeira comprovada pelo TCE.



JOÃO MENEZES apresentou 145 emendas, tendo 19 aprovadas. Principais: estabelecendo que é livre a criação de partidos políticos e que na sua organização e funcionamento serão assegurados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa; sugerindo a criação de Comissão Especial de Estudos para implantação do sistema parlamentar após a promulgação da Constituição: determinando o envio ao Congresso do Plano Plurianual de Desenvolvimento.



JOSÉ LINS apresentou 144 emendas, tendo aprovadas 35. Principais: proibindo que sobre a energia elétrica, os combustíveis e lubrificantes, e minerais possa ser instituído qualquer outro tributo além dos impostos sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços, sobre importação ou exportação e sobre vendas a varejo; o sistema financeiro nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir ao interesse da coletividade.



OLÍVIO DUTRA apresentou 144 emendas, das quais 63 aprovadas. Principais emendas: assegura aos trabalhadores participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica; determina caber às comissões do Congresso Nacional também apreciar planos setoriais e não só os nacionais e regionais; o exercício do direito de propriedade subordina-se aos interesses do bem-estar da sociedade, da conservação e da proteção do meio ambiente.



JORGE ARBAGE apresentou 138 emendas, das quais 43 foram aprovadas. Principais: pela vinculação do Tribunal de Contas do Distrito Federal à futura Câmara Legislativa do DF; pela inclusão de um capítulo sobre Defesa Nacional, regulamentando a composição e as atribuições do Conselho de Defesa Nacional; contra a incidência do imposto de herança sobre bem que sirva de moradia ao cônjuge sobrevivente; a favor de que as empresas públicas gozem de benefícios não extensíveis às do setor privado.



NION ALBERNAZ apresentou 142 emendas, das quais 48 aprovadas. Principais: os pagamentos devidos pela União, estados e municípios e suas autarquias, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim; e suprime, no item II do art. 195, o termo "divisíveis", referente a taxas de atos de poder de polícia.



AUREO MELLO apresentou 139 emendas, das quais 27 foram aprovadas. Principais: a educação, direito de cada um, é dever do Estado, respeitada a opção da família; as empresas comerciais, industriais e agrícolas são responsáveis pelo ensino fundamental e pré-escolar gratuito de seus empregados e dos respectivos dependentes, a partir dos três anos de idade; e os órgãos consultivos e judiciais da administração direta e das autarquias federais serão absorvidos pela Advocacia da União.



JOSÉ JORGE apresentou 135 emendas, tendo 64 aprovadas. Principais emendas: suprimindo a competência do Congresso Nacional para dispor sobre a supervisão dos sistemas de processamento de dados da União, inclusive da administração indireta; eliminando parte final do dispositivo que dá ao presidente da República competência para declarar a guerra, celebrar a paz e permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.



ROBERTO BALESTRA apresentou 136 emendas, das quais 34 foram aprovadas. Principais: a favor de que os procuradores-gerais possam ser demitidos por deliberação de 2/3 da Câmara dos Deputados ou das Assembleias Legislativas, por abuso de poder ou grave omissão nos deveres do cargo; a favor de que o sistema financeiro nacional seja estruturado em lei de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses de toda a coletividade, que terá meios para fiscalizá-lo.

ESCREVA A SUA CARTA

A Constituinte entra em sua última etapa, a da votação do projeto de Constituição pelo plenário. Desde o início a sociedade participou e opinou, por todos os meios. E ainda é tempo de contribuir. Escreva a sua carta, dizendo o que você pensa e quer.

23012 X UPLD 11201 C SPSP 08/2316 XS545582 0812 1907 SAOPAULO/SP	TELEGRAMA SAO PAULO, 08/12/87 - TLX NR 1697/87	SR ULYSSES GUIMARAES DD DEPUTADO FEDERAL CAMARA DOS DEPUTADOS BRASILIA-DF	OS JUIZES FEDERAIS DE S.PAULO ABAIXO ASSINADOS VEM SOLICITAR A VOSSA EXCELENCIA A AFRESENTACAO DE ENTENHA NO SENTIDO DE INCLUIR PARAGRAFOS NOS ARTIGOS 128 E 131 PT CONSIDERANDO-SE QUE O OBJETIVO DA COMISSAO DE SISTEMATIZACAO VG AO ESTABELECE O LIMITE DE 65 ANOS PARA O ACESSO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES REGIONAIS FEDERAIS VG FOI O DE OBSTACULO QUE ADVOCADOS E MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO VG NOMEADOS PELA COTA CONSTITUCIONAL VG ALI PERMANECAM; MEIOS DE CINCO ANOS VG NADA JUSTIFICA QUE O MESMO PREVALEÇA PARA MAGISTRADOS DE CARREIRA O QUE REPRESENTA UM DESESTIMULO PT PROPOE VG ASSIM VG QUE PARA MAGISTRADOS DE CARREIRA SEJA EXCLUIDO O LIMITE DE IDADE PREVISTO NOS ARTIGOS 128 VG PARAGRAFO UNICO E 131 VG DO PROJETO DE CONSTITUICAO VG MEDIANTE INCLUSAO PARAGRAFOS NOS MESMOS ARTIGOS 128 E 131 VG DO PROJETO NO SEGUINTE SENTIDO: O LIMITE MAXIMO DE IDADE PREVISTO NESTE ARTIGO NAO SE APLICA AOS MAGISTRADOS PT SDS PT ANA MARIA GOMPI FLAQUER SCATEZZINI - ITALO DAMATO - JOSE KALLAS - ALDRE MABARRETE NETO - JORGE TADEO FLAQUER SCATEZZINI - SEAS- TIAG OLIVEIRA LIMA - MARCIO JOSE DE MORAES - PAULO PIMENTEL PORTUGAL - AMERICO LOURENCO MASSET LACOMBE - PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA - SINALVA ANTUNES DE SOUZA - JOAO CARLOS DA ROCHA MATOS - PLEURY ANTONIO PIRES - ANTONIO VITAL RAMOS DE VASCONCELOS - JOAO GRANDINO RODAS - LUCIA VALLE FIGUEIREDO COLLARILE - HOMAR CAIS - DIVA FRESTES MARCONDES MALERBI - JOSE LUIZ GOMES DA SILVA - CONSTANTINO ALVES DE OLIVEIRA PT	***** T/P/THUREZILHA REC. PORRAR
--	---	--	---	--

Mudanças sociais

Srs. Constituintes,
Melhor atendimento nos hospitais e postos de saúde, maior quantidade de médicos e enfermeiras formados do que estagiários. Melhorar a educação. Informar à nação regras de boa alimentação, vestuário etc. Melhorar o ensino primário e secundário; modificar o método de avaliação utilizado para entrar no terceiro grau e apressar a reforma agrária fazendo-a justa e sem discriminação de qualquer tipo.

Solange Maria Berezut
Curitiba — PR

Transportadores de carga

Srs. Constituintes,
Visto que pertencem à classe dos transportadores de cargas deste país, gostaria que a nova Constituição desse uma atenção muito especial para essa sofrida classe, que não tem hora para trabalhar. Maior segurança nas estradas e uma cooperativa como as dos taxistas, pois só assim teremos condições de pensar em adquirir um caminhão. Que o tacógrafo se torne lei severa neste país. Igualdade salarial dos transportadores de cargas ao dos coletivos.

Airton Favorino da Silva
Bananal — SP

Carreiros

Srs. Constituintes,
Minha sugestão é que se dê mais atenção aos caminhoneiros. Melhor asfalto nas estradas do Brasil. Financiamento no estilo dos táxis ou taxas especiais de financiamento para caminhões, ou melhor, para carreiros autônomos.

Kaoru Nakamura
Guarulhos — SP

Controle de zoonoses

Srs. Constituintes,
Maiores investimentos para as áreas de controle de zoonoses, uma vez que estas doenças afligem nossa população de maneira quase incontrolável, devido apenas à não atuação dos setores de saúde. Maior atuação de nossas universidades nas questões de interesse coletivo. Revisão de legislações seguidas pelo Serviço de Inspeção Federal, visando a dar oportunidade ao pequeno empresário de criar pequenos abatedouros de animais, garantindo, dessa forma, mais proteína de origem animal a menor custo e criação de mais empregos.

William Henrique Stutz
Uberlândia — MG

Limeira, 20 de Junho de 1986

Senhores:

Necessitamos de um Código Penal eficiente, que seja implantada no Brasil a pena de morte nos casos: de estupro, latrocínio, homicídio, assalto etc.

Nosso povo está desamparado, não tem direito ao pão na mesa, uma vida decente, enquanto nos presídios vemos um desperdício de leite, comida. Aos presos de pequena pena furto deveria serem aproveitados em trabalhos pesados para aprenderem.

Também vemos os crimes dos grandes (colarinho), ficam impunemente; vemos também C.N. Transito que todos ficam impunes, acidentes de trânsito com vítimas: matam, aleijam nossos filhos.

Será que a C.N.B.R. e OAB. não pensaram nos nossos direitos humanos, ou simplesmente nos direitos daqueles que não sabem e não querem respeitar os dos outros.

No momento o povo já não acredita na nossa justiça, nossa polícia está amarrada por uma série de obstáculos, o bom policial torna-se mal ao olhos de muita gente.

Nossos juristas foram omissos, quanto ao nosso mais sagrado direito de viver em paz e com tranquilidade.

Cleide Antonia Mercuri Bardini
R.G. 5.592.454

Mogari da Mata, 15 de maio de 1986

Apresento a vossa Excelência a proposta de emenda à Constituição, para que a forma de ensino gratuito no país, pois a partir de 1º série com a criação de 7 anos de escolaridade, a partir da faixa etária de 4 a 5 anos.

Veronica Tavares de Silva

Capital estrangeiro

Srs. Constituintes,
As minhas sugestões para a Constituinte estão relacionadas com as manobras das multinacionais em nosso país, pelo capital estrangeiro. Estou certo que nenhum país pode viver sem investimentos, mas o que está acontecendo aqui é diferente. Não seria bom que uma boa parte do capital investido ficasse conosco? (...) A reforma agrária é a única solução para o país, e eu não entendo porque o nosso Presidente ainda não tomou medidas básicas e definidas para este problema. Outra sugestão é da dívida externa; nós jamais poderemos pagar, porque ela já foi paga com os juros lá em cima e com sacrifícios de nossos trabalhadores. (...)

João Gomes da Silva Filho
Recife — PE



FUNDAÇÃO ALTO TAQUARI DE ENSINO SUPERIOR - FATES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO TAQUARI - FECLAT
Comunidade pelo Decreto nº 78.221 de 14/01/75 D.O. de 17/05/75 pag. 754
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO ALTO TAQUARI - FACEAT
Comunidade pelo Decreto nº 77.912 de 25/05/74 D.O. de 25/06/74 pag. 3026

OF.FACEAT/CSAA/FATES Nº 028/87 Lajeado, 30 de novembro de 1987.

Senhor Diretor:

A FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO ALTO TAQUARI, Lajeado, RS, agradece o recebimento do "Jornal da Constituinte", parabenizando a sua equipe, pelo excelente trabalho.

Cumpra ressaltar a ampla utilização do referido veículo de comunicação em sala de aula, dada sua oportunidade, atualidade e visão geral das discussões deste histórico momento.

Atenciosas Saudações

Marisa da Silva Janger,
Diretora da Faculdade de Ciências
Econômicas do Alto Taquari.

Exmo. Sr.
Deputado Marcelo Cordeiro
DD. Diretor Responsável do JORNAL DA CONSTITUINTE
Câmara dos Deputados - ADIRP
BRASÍLIA - DF.

Endereço: Bairro Universitário, s/nº Caixa Postal 155 Fones: (051) 714 2166, 714 2835 e 714 2635 - CEP 95600 LAJEADO - RS

Discriminação racial

Srs. Constituintes,
Se democracia é direitos iguais, como é que pode existir racismo, se temos os mesmos direitos? Espero que a Constituinte venha libertar os negros desse terrível pesadelo que são os olhares frios, sarcásticos, dos brancos. Mudem tudo o que acontece em nosso meio racial. (...)

Luiz Carlos dos Santos
Capela Nova — MG

Concursos para professores

Srs. Constituintes,
Gostaria de sugerir que se fizessem cumprir algumas normas quanto à realização de concursos públicos para professores, pois está previsto em lei que estes devem ser realizados a cada dois anos, o que não vem acontecendo, levando a opinião pública a desacreditar nos órgãos federais e estaduais. (...)

Débora Regina Fernandes
Maringá — PR



O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel recebeu apelo em favor de brasileira presa naquele país.

Shimon Peres garante que a paz virá

São os estados e não os povos árabes e palestinos e nenhum dos povos do Oriente Médio que alimentam os conflitos. Em 40 anos de existência como nação, nosso propósito é a paz. Foi o que declarou o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres, na visita que fez ao presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Shimon Peres afirmou que o objetivo maior de sua visita ao Brasil é o de conclamar os povos do Oriente Médio que vivem fora da região, inclusive no Brasil, a apoiarem a causa da paz, "mesmo porque a paz virá", enfatizou.

O presidente Ulysses Guimarães, acompanhado de diversos constituintes, entre eles o relator Bernardo Cabral, afirmou que o Brasil comunga hoje, como em toda a sua história, "de um sentimento igual para com todos os povos de todos os continentes". E fez um breve relato dos trabalhos constitucionais, que caminham para a fase final, frisando que a nossa futura Carta será um retrato, o mais fiel possível, da sociedade brasileira. Quanto ao regime, o presidente levou ao conhecimento do visitante a decisão da Comissão de Sistematização que aprovou o parlamentarismo e os quatro anos para o Presidente da República, explicando que o Plenário é que deverá definir a situação em janeiro próximo.

LAMIA MARUF

O grande momento do encontro, porém, foi quando constituintes brasileiras, na palavra de Anna Maria Rattes (PMDB — RJ), fizeram um apelo a Shimon Peres para que interfira junto ao governo de Israel em favor da libertação de Lamia Maruf Hasan, uma brasileira condenada à prisão perpétua naquele país.

O documento foi entregue ao chanceler israelense com a assinatura das constituintes: Abigail Feitosa, Anna Maria Rattes, Beth Azize, Cristina Tavares, Dirce Tutu Quadros, Irma Passoni, Lídice da Mata, Lúcia Braga, Márcia Kubitschek, Maria de Lourdes Abadia, Moema São Thiago, Myriam Portella, Raquel Capiberibe, Rita Camata, Rose de Freitas, Sadie Hauache e Sandra Cavalcante.

Shimon Peres respondeu que o assunto é da exclusiva alçada da justiça do país, todavia, iria procurar ver com maior interesse e carinho a questão. Ele se manifestou impressionado com a atuação das parlamentares brasileiras e afirmou que, ao voltar ao seu país, irá trabalhar para que o Parlamento de Israel tenha mais mulheres, "enchendo-o de amor, graça e beleza, atributos femininos intransferíveis", finalizou.

Caneta para Ulysses assinar a Carta

Foi um dia de festa e esperança na nova Constituição do país, o último dia 4 de dezembro. Nesta data, com o encerramento do ano legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu das mãos do diretor-geral da Câmara, Ademar Silveira Sabino, uma caneta, fruto de uma homenagem e de uma grande esperança dos funcionários do Congresso, bem como de todos os brasileiros, com os novos rumos a serem propostos na nova Carta.

Durante a entrega do presente ao constituinte Ulysses Guimarães, o presidente da Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (Ascade), Valmário Aragão, afirmou ser imprescindível "reconhecer todo o inestimável valor do trabalho que vem realizando em prol da estabilidade política do país e para dotar a nação de uma nova Carta constitucional, à altura das esperanças da sociedade e

do grau de desenvolvimento por ela alcançado".

O constituinte Ulysses Guimarães recebeu emocionado o presente, e garantiu que a caneta seria o seu instrumento para selar o processo de criação da nova Constituição. O traço sugerindo um nome. O nome, uma marca de tantos esforços. Uma caneta que saiu das mãos de muitos, volta para as mãos de uma comunidade ainda maior na forma de um traço, uma linha mestra de quem espera mudar um país, e poder sonhar com um futuro agora sim possível.

O ato contou com a presença da esposa do constituinte Ulysses Guimarães, Dona Mora, do primeiro-vice-presidente, Homero Santos, do primeiro-secretário, Paes de Andrade, e esposa, do secretário-geral da Mesa da Câmara e da Constituinte, Paulo Affonso Martins, de todos os diretores da Câmara e de grande número de funcionários.



Ulysses empunha a caneta ganha dos servidores

A ponte entre o povo e a Constituinte

Um jornal semanal, um boletim impresso e emissões diárias de rádio e televisão são os instrumentos oficialmente utilizados pela Constituinte para divulgar suas atividades. Ao reunir-se com as equipes responsáveis por essas tarefas, o primeiro-secretário da ANC, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB — BA), a quem cabe a coordenação dos serviços de divulgação, ressaltou que o material jornalístico vem sendo produzido com isenção, sem privilegiar tendências de grupos ou de constituintes em particular. Neste sentido, reafirmou a importância desses instrumentos de informação no sentido de que a população seja esclarecida o mais possível sobre o funcionamento da ANC, podendo assim fiscalizar e participar.



Criança gosta de perguntar.
Essa é uma forma que elas
muitas vezes usam para
alertar os adultos. E
foi isso o que fizeram
dezenas de crianças que
compareceram à ANC por
iniciativa da Frente
Verde de Constituintes.
Elas perguntaram pelo verde,
pelos animais.
Pela vida, enfim.
E querem que a resposta
venha de forma clara
e perene no texto da
futura Constituição.



**AGORA, É
NO PLENÁRIO
(DECISÃO FINAL)**

Abigail Fariñas
Acyral Gomes
Adriano Gomes
Ademir Andrade
Aécio de Borja
Agassiz Almeida
Albano Franco
Alberico Cordeiro
Alencar Filho
Aldo Azeite
Alfredo Dias
Alexandre Costa
Almir Gabriel
Aloysio Chaves
Alvaro Pereira
Aluizio Carneiro
Alvaro Pacheco
Amílcar Moreira
Ângelo Magalhães
Annibel Barcellos
Antônio de Barros
Aldónio Câmara
Antonio de Jesus
Antonio de Jesus
Antonio Faia
Antonio Ferreira
Antonio Gaspar
Antonio Menez
Antonio Nogueira
Arnaldo Moraes
Azeuêl Benites
Azeis Canuto
Aíla Lira
Azeis Carvalho
Auro Mallo
Benedetto Montanari
Benito Gama
Bernardo Cabral
Beth Azeis
Bozorra de Melo
Breno de Melo
Carlos Alberto
Carlos Benavides
Carlos De Carli
Carlos Sant'Anna
Carlos Vinagre
Carlo Vinagre
Cárell Benavides
Cássio Cunha Lima

Celso Duarte
César Leite Neto
Chagas Duarte
Chagas Neto
Cidreira Coutinho
Od Carvalho
Odi Seboso de Carvalho
Oliveira
Costa Ferreira
Crustina Tavares
David Silva
Délio Bar
Domício Hage
David de Almeida
Denal Gonçalves
Domingos Juvenal
Domínguez
Edson Lobato
Eduardo Mello
Edna Tavares
Edson de Lima
Egídio Ferreira Lima
Elói Rodrigues
Elisabete
Enoc Vieira
Erasto Trico
Fraldo
Eduardo Nogueira
Eunice Machado
Evelina
Expedito Machado
Ezequiel
Ezequiel
Felipe Mendes
Fernando Bezerra Coelho
Fernando Bentes
Fernando Gomes
Fernando Lyra
Fernando Sant'Anna
Fernando Silva
Ferreira de Castro
Flávio
Francisco Teixeira
Francisco Benjamim
Francisco Caminho
Francisco de Almeida
Francisco Dantas
Francisco Pinto
Francisco Pinheiro

Francisco Sales
Furtado Leite
Gabriel Guerrero
Gábor Jami
Gandhi Bhatia
Geovani Borges
Gerardo Buhé
Gerardo Campos
Gerardo Mieling
Gerardo Melo
Giles Dantas
Gidon Machado
Giovanni Antona
Guilherme Patrícia
Harlan Gaudin
Hershey
Hilario Saldaña
Henrique Edeardo Alves
Herbert Fortes
Humberto Lora
Ibê Ferraz
Inácio Oliveira
Irene
Iraklion Costa Júnior
Israel Wanderley
João Carmo
Jairo Am
Jairo Carmo
Jatiro Antunes
Jatiro Antunes
Jayme Santana
Jedson
Jesúsdo Cavalcanti
Jesus Tajra
João Góes
João Agripino
João Carlos
João Carlos Bacer
João Costa
João de Mata
João Lobo
João Lobo
João Manoel
João Nanez
João Nanez
João Paulo Francisco
Joazquim Hayek
Joazquim Suyena
Joel

Josias Pinheiro
Jonas de Azevedo
Jorge Arrigo
Jorge Hage
Jorge Lamm
José Agripino
José Carlos Sabido
José Carlos Vasconcelos
José Costa
José Duarte
José Elias
José Frazão
José Fernandes
José Guedes
José Gomes
José Lima
José Lourenço
José Luís
José Maranhão
José Melo
José Romário Bezerra
José Moura
José Quweriz
José Roberto
José Thomas Nono
José Tinoco
José Vinícius
Julio Campozzi
Jurajir Júnior
Jurajir Magalhães
Lacsonda
Leopoldo Pares
Leandro
Levy Denz
Lôdice da Nunes
Lourenberg Mares Rocha
Luís Antônio
Luiza Braga
Lucia Viana
Lúcio Martins
Luis Eduardo
Luis Franco
Luis Rangel
Luz Sover
Luz Viana
Luz Yvete
Maguito Vieira

Manoelito de Lavour
Maurício
Marcelo Cordeiro
Marília Kubetchik
Marcelo de Azevedo
Marco Maciel
Marcionete Casaglia
Marcelo Loureiros Abadia
Marta Lima
Mário Lima
Mário Mota
Mariano Pont
Mauro Costa
Mauro Ferreira Lima
Mauro de Azevedo
Maurício Borges
Mauro Miranda
Mauro de Azevedo
Maura Filho
Mendes Canale
Messias
Milton Barboza
Mozila Gomes
Mocim de Albuquerque
Moyatis Pontal
Mozalindo Cavalcanti
Mussa Mendes
Mylena Portocarrero
Nelson Junior
Nathaniel Alves de Souza
Nelson de Azevedo
Nestor Duarte
Nelson de Azevedo
Nickel Gibson
Nicolau Soares
Oliveiro Soares
Osvaldo Pinheiro
Ondine
Orlando Brainer
Osmin Lima
Osmundo Albuquerque
Oswaldo Coelho
Oswaldo Soutinho
Oswaldo de Azevedo
Ottoner Pinto
Pereira de Andrade
Paula Lima
Paulo Marques
Paulo Roberto

[illegible]

72

100

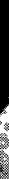
Di

Uma de
sição do P
cional Cor
a luta em f
le país. C
líderes do
Ibsen Pina
doso, fora
ANC, UH
a solidari
tuante à lu
quai e or

itos hu
 ação de par
 guai esteve
 tuinte em b
 or dos direit
 visitantes, a
 MDB na Câ
 ro e Fernan
 recebidos p
 es Guimarães
 de do Parla
 dela redemo
 idio a qualq

manos

o-
a-
ra
e-
os
o,
r-
la
ou
ti-
a-
ia



Constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, num total de 292 votos, uniram-se num bloco suprapartidário para tentar garantir a aprovação de dispositivos do projeto de Constituição que eles consideram essenciais para a superação das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento econômico e social daquelas áreas. Entre esses dispositivos estão: a aplicação no Nordeste de pelo menos 50% dos recursos federais destinados à irrigação, a manutenção da Zona Franca de Manaus, a regionalização dos orçamentos fiscais, uma reforma tributária de emergência e a competência para que o Congresso Nacional examine os planos regionais de desenvolvimento.

ADIRP/Reynaldo Stavale

Uma delegação de parlamentares de oposição do Paraguai esteve na Assembleia Nacional Constituinte em busca de apoio para a luta em favor dos direitos humanos naquele país. Os visitantes, acompanhados dos líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Ibsen Pinheiro e Fernando Henrique Cardoso, foram recebidos pelo presidente da ANC, Ulysses Guimarães, que expressou a solidariedade do Parlamento e da Constituinte à luta pela redemocratização do Paraguai, e o repúdio a qualquer ato de violência e de desprezo aos direitos humanos, em qualquer parte do mundo.